

UNIVERSIDADE DE LISBOA

Instituto de Ciências Sociais



De alteridade para identidade: a Inconfidência Mineira na crise colonial

Jinyi Pan

Orientador: Doutor Miguel Alexandre Dantas da Cruz

Dissertação especialmente elaborada para obtenção do grau de
Mestre em Estudos Brasileiros.

2025

UNIVERSIDADE DE LISBOA

Instituto de Ciências Sociais



De alteridade para identidade: a Inconfidência Mineira na crise colonial

Jinyi Pan

Orientador: Doutor Miguel Alexandre Dantas da Cruz

Dissertação especialmente elaborada para obtenção do grau de
Mestre em Estudos Brasileiros.

Júri:

Presidente: Doutora Joana Margarida Ribeiro de Fraga, Investigadora Auxiliar do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

Vogais:

- Professor Doutor Marcello José Gomes Loureiro, Professor Adjunto do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, Brasil;
- Doutor Miguel Alexandre Dantas da Cruz, Investigador Auxiliar do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, e orientador.

Agradecimentos

Ao Doutor Miguel Alexandre Dantas da Cruz, meu orientador, pelo infinito apoio e disponibilidade, pela compreensão e paciência por diversas dilações, pelo aconselhamento assertivo, que muito contribuiu para melhorar a profundidade e a clareza desta investigação.

Aos meus pais, pelo amor e carinho que sempre me deram, e por serem meu porto seguro diante dos desafios da vida.

Aos meus amigos - Emy Gragnaniello, Thomáz Athayde Cordeiro - que sempre estiveram ao meu lado, pela amizade incondicional e pelo apoio demonstrado ao longo de todo o período de tempo em que me dediquei a este trabalho

Ao André Manuel Miraldo, meu namorado, e à família Patrão Miraldo, por sempre me incentivarem a ser a melhor versão de mim, me oferecendo apoio essencial nos momentos difíceis.

Ao final, quero agradecer a mim, por não ter desistido, por ter ultrapassado todos os obstáculos encontrados ao longo da realização deste trabalho.

Resumo

Esta dissertação tem como objetivo fomentar uma investigação aprofundada sobre a complexa transição da *alteridade* para a *identidade* no contexto do Brasil Colonial, analisando historiograficamente as causas, impactos e consequências da Inconfidência Mineira. O levante, ocorrido no final do século XVIII, é um episódio crucial da formação da identidade autônoma no período, cujo legado influenciou as futuras revoltas em outras capitanias e espírito ajudou na busca pela nacionalidade brasileira na virada do século XIX para o seguinte, impulsionado pela crescente insatisfação dos colonos e elites locais com o controle administrativo e político colonial português, o aumento dos impostos, que levaram à tentativa de libertação do império português.

Palavras-chave: *Alteridade; Identidade; Inconfidência Mineira; Brasil Colonial; Iluminismo.*

Abstract

This dissertation aims to foster an in-depth investigation into the complex transition from otherness to identity in the context of colonial Brazil, by historiographically analyzing the causes, impacts and consequences of the *Inconfidência Mineira*. The uprising, which took place at the end of the 18th century, is a crucial episode in the formation of autonomous identity in the period, whose legacy influenced future revolts in other captaincies and whose spirit helped in the search for Brazilian nationality at the turn of the 19th century, driven by the growing dissatisfaction of elite settlers with Portuguese colonial administrative, political control and the rise in taxes, which led to an attempt to free themselves from the Portuguese Empire.

Keywords: *Alterity; Identity; Minas Gerais Conspiracy; Colonial Brazil; Enlightenment.*

Índice Geral

Agradecimento.....	i
Resumo.....	iii
Abstract.....	v
Índice Geral.....	vii
Figuras.....	ix
Introdução.....	1
Capítulo 1.....	11
1.1. CONTEXTO HISTÓRICO DE MINAS GERAIS.....	11
1.2. A REAL MESA CENSÓRIA, JESUÍTAS E ILUMINISMO.....	12
1.3. AS AMEAÇAS EXTERNAS.....	25
1.3.1. A INGLATERRA.....	29
Capítulo 2.....	37
2.1. DESENVOLVIMENTOS PARALELOS DO COLONIALISMO PORTUGUÊS.....	37
2.2. DINÂMICAS POLÍTICAS NO SERTÃO.....	40
2.3. INCONFIDENTES.....	49
2.4. A TRANSIÇÃO: DE ALTERIDADE PARA IDENTIDADE.....	52
2.5. O FRACASSO.....	62
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	71
BIBLIOGRAFIAS.....	79

Figuras

- 1 - Convento de Mafra
- 2 - A biblioteca e a sala de reunião na Casa dos Contos
- 3 - Ouro Preto
- 4 - Prédio da Casa de Fundação de Vila Rica de Ouro Preto
- 5 - Rendimento do ouro nas Reais Casas de Fundação em Minas Gerais entre julho e setembro de 1767
- 6 - A obra Tiradentes Supliciado ou Tiradentes Esquartejado (pintado em 1893) --- Pedro Américo de Figueiredo e Melo
- 7 - Bandeira do Estado de Minas Gerais

Introdução

Minas Gerais, durante o século XVIII, foi o cenário de uma autêntica epopeia, motivado tanto pela cobiça e bravura dos envolvidos quanto pela abundância em recursos de ouro encontrado ali.

Rapidamente, a explosão do povoamento em Minas acelerou o estabelecimento e estrutura de uma complexa economia na área, onde a exploração e produção aurífera encontrou seu auge. Conhecida a potencialidade econômica pela Coroa Portuguesa, Minas Gerais tornou-se o alvo financeiro para a Metrópole, a Coroa procurou impor normas tanto para ordenar o relacionamento entre as elites coloniais, fosse de maneira pacífica, fosse de maneira violenta, como se beneficiar do ouro extraído ali ao máximo para o Estado através de uma legislação tributária rigorosa.

A economia mineira do ouro era diferente do resto das capitanias brasileiras, que eram predominantemente agrícola. A capitania vivia uma fase, a partir da segunda metade do século XVIII, de opulência e suntuosidade. Entretanto, esta condição não perdurou por mais de uma metade do século; o esgotamento de jazidas auríferas entrou em processo de queda na produção, diminuindo a dinâmica na economia e empobrecendo os colonos na região. No entanto, a reconstrução da cidade após o terremoto em Lisboa em 1755, e da recuperação da posição de Portugal no pleno mercado internacional, levaram a Metrópole a não abrandar o seu controle sobre a região, pressionando ainda mais.

Onde há opressão, há resistência. A Inconfidência Mineira, ocorrida no final do século XVIII, é um dos acontecimentos mais emblemáticos e discutidos da história do Brasil colonial. A revolta foi inserida em um contexto de crise do sistema colonial português, caracterizada pela exploração dos recursos minerais e pela opressão fiscal, e influenciada pelos conceitos iluministas, representando um ponto crucial de questionamento da ordem estabelecida metropolitana.

Neste contexto, as noções de identidade emergiram, tornando-se ideais centrais dos colonos na compreensão do status, da estrutura social e da administração política. Enquanto a posição de subordinação, ou seja, a figura do “outro”, remete às diferenças e hierarquia na

relação entre os colonizadores(portugueses) e os colonos¹, um sentimento de pertencimento e autonomia, gradualmente, se construía. Em outras palavras, trata-se de uma transição de alteridade para identidade. Enfatizamos que a nacionalidade não é o alvo deste estudo. Esta não foi desenvolvida, neste contexto histórico, uma clara noção de formação da nacionalidade brasileira, mas foi apenas o sentimento suposto de identidade ainda ambíguo.

A literatura especializada sobre a Inconfidência Mineira, bem como a própria historiografia sobre o Brasil colonial, é múltipla e assim sofre variações contundentes, a depender da perspectiva teórica, da metodologia de pesquisa empregada e das fontes consultadas pelos autores envolvidos. Autores como Kenneth Maxwell², Luciano Raposo Figueiredo³, Roberta Stumpf⁴, Laura de Mello e Souza⁵, entre muitos outros, analisaram o movimento sob a perspectiva de suas dimensões políticas, sociais e econômicas, investigando as motivações dos inconfidentes, como o descontentamento com a elevada carga fiscal imposta pela Coroa Portuguesa, até ao contexto mais abrangente das relações entre território ultramarino na América do Sul e Metrópole. Enquanto Maxwell aborda as características no movimento mineiro e sua conexão com as mudanças metropolitanas e mundiais, Stumpf analisa o desenvolvimento e evolução da identidade da elite colonial que passou de uma percepção da identidade particularista para identidade coletiva.

Para muitos colonos, Portugal agia como o “outro dominador”, impondo suas leis e interesses econômicos aos residentes da colônia. Stumpf destaca que a oposição provavelmente surgiu do sentimento de injustiça que permeava as representações. Ao

¹ Reconheço que há uma complexidade nessa definição, já que os colonos faziam parte do projeto colonial em certa medida. Com base na fala de Luís Vieira, que serve como objeto de análise deste trabalho, os colonos se consideravam como “nacionais” da terra brasílica. As elites mineiras da Inconfidência convenientemente passaram a enxergar Portugal como o colonizador a ser confrontado. O meu uso desses termos, no entanto, não é descritivo de uma condição jurídico-política, mas analítico de uma percepção. A chave para compreender essa apropriação dos termos está na autorrepresentação dessas elites.

² Historiador britânico da Península Ibérica e da América Latina. Maxwell, K. (2004). *Conflicts & Conspiracies: Brazil and Portugal, 1750-1808* (1st ed.). Routledge; *Chocolate, piratas e outros malandros: ensaios tropicais*(digital ed.). São Paulo: Paz e Terra.

³ Historiador e especialista em História do Brasil Colônia. Figueiredo, L. (2011). *Boa Ventura! A corrida do ouro no Brasil (1697-1810)* (3rd ed.). Rio de Janeiro: Record.

⁴ Professora e investigadora brasileira. Stumpf, R. G. (2010). *Filhos das minas, americanos e portugueses: identidades coletivas na capitania das Minas Gerais(1763-1792)*. São Paulo: Hucitec.

⁵ Historiadora e professora brasileira. Souza, L. de M. e. (2015). *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul.

perceberem que haviam sido excluídos dos postos locais, os homens da elite das Minas compreenderam que a batalha contra os reinóis havia sido perdida. Como alternativa, decidiram alterar todo o sistema político para que finalmente pudessem desfrutar dos direitos que julgavam ser seus. Para Stumpf, a identidade particularista é a consequência da fragmentação política da América. A história de visões e reações dos “Filhos de Minas”, como Stumpf se refere, em relação à política metropolitana, e o conhecimento de seus planos de futuro nos ajudam a aprofundar a investigação sobre as razões pelas quais a identidade particularista era predominante no contexto de sedição.

João Pinto Furtado enfatiza a importância da heterogeneidade social e econômica na formação da identidade coletiva. Em vez de uma postura ideológica unificada, o seu estudo sugere que a formação da identidade foi impulsionada por diversos fatores sociais e econômicos. Para entendermos melhor a complexidade e diversidade dos esforços da resistência dos colonos contra a Metrópole, é importante analisarmos os fatos históricos dos ambos os lados, seja a motivação intrínseca do movimento mineiro, seja as ações implementadas pela Coroa Portuguesa. Além disso, é fundamental não confundir a formação de um sentimento nacional de identidade autônoma com a busca pela nacionalidade brasileira. João Pinto Furtado acredita que o levante estava limitado à Capitania de Minas Gerais e não visava à independência política do país ou a um projeto de nação no sentido atual. O apelo republicano, como o autor explicou, esteve fortemente ligado a uma definição delimitada àquele período, simbolizando, conseqüentemente, um episódio de mudança no pensamento político ocidental.

Já a obra de Laura de Mello e Souza, *O sol e a sombra: política e administração na América portuguesa no século XVIII*, trata das estruturas e dos acontecimentos que possibilitaram o domínio de Portugal sobre o ultramar. Na primeira parte enquadra a situação de Minas na América portuguesa. A autora detalhou, ao destacar o rompimento entre a monarquia e as elites mais antigas no Brasil colonial, como, por um lado, os sentimentos regionais se intensificaram e, por outro, surgiu a necessidade vinda do poder central, de reformular a governança dos povos locais. Na segunda parte do livro, a autora analisa também os indivíduos protagonistas da administração portuguesa na América do Sul. Percebe-se, assim, que não se pode perder a visão geral da história para entender os aspectos da política e administração setecentistas do império português atlântico.

Kenneth Maxwell e Fernando Novais analisaram as ameaças externas, provenientes das potências estrangeiras como Espanha, França, Holanda e Inglaterra, que influenciaram o panorama geral de Portugal sobre si mesmo e sobre seu território ultramarino. As pressões não apenas impactaram a política e economia portuguesa, mas também moldaram a estratégias de manutenção e defesa do seu patrimônio. Os autores conduziram uma investigação detalhada sobre a crise colonial, ressaltando o impacto profundo do sistema mercantilista no Antigo Regime. Além disso, no clássico de Fernando Novais, *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1809)*, apreendemos que a relação era irreconciliável entre Metrópole e suas colônias, devido à grande diferença entre os grupos de interesses representados.

Ao longo da minha pesquisa, examinei também as Reformas Pombalinas implementadas pelo Marquês de Pombal, que, embora tivessem o objetivo, por um lado, de modernizar e centralizar a administração colonial, por outro, geraram descontentamento entre os colonos locais devido ao aumento da tributação e à restrição de autonomia administrativa. Ao tentar estabelecer o poder metropolitano, essas reformas acabaram por acentuar as tensões sociais e econômicas na colônia, fomentando o desejo dos colonos pela ruptura com o sistema colonial da Metrópole.

Uma das intenções deste estudo é expor o fato de que as ideias iluministas influenciaram as reformas de Pombal⁶ e chegaram às elites coloniais mineiras, moldando suas visões sociais e políticas. Novos pensamentos, provenientes não apenas de pensadores iluministas famosos, como Locke, Descartes, Raynal e Voltaire entre outros, mas também de uma revolução sucedida do século XVIII, sobretudo a Revolução Americana, desempenharam

⁶ Sebastião José foi nomeado por D. José I como ministro dos Negócios Estrangeiros com muita experiência diplomática. Ele acreditava que a organização imperial e as técnicas mercantilistas fizeram com que o poder e riquezas da França e da Grã-Bretanha desenvolvessem rapidamente. Havia debates intensos sobre questões ligadas à filosofia e à educação e uma linha de pensamento sobre diversos aspectos da economia política de Portugal e solução a dilema herdado desde século XIV. Neste contexto, novo pensamento de Decartes, Newton e Locke conquistou Portugal. Veja: Maxwell, K. (1996). Marquês de Pombal: paradoxo do iluminismo (A de. P. Danesi, Trans.; 2rd ed.). Rio de Janeiro: Paz e Terra. pp. 10 - 16.

um papel crucial na formação de uma consciência crítica entre os intelectuais e líderes locais, contribuindo para a articulação de um movimento separatista.⁷

A análise historiográfica deste período que aqui levamos a cabo busca contribuir para o debate de um problema antigo: “por que Minas?”, e “por que a Inconfidência Mineira foi e/ou não foi um evento isolado?”. Para responder à primeira pergunta, é necessário associar tanto os fatores externos quanto os internos. Os fatores externos incluem as ações realizadas da Coroa Portuguesa em suas colônias, bem como as situações mundiais do entorno (como as questões do Caribe e de Sacramento), as relações entre Portugal e outras potências estrangeiras e a influência do Iluminismo. Os internos, paralelamente, dizem respeito à formação econômica local, aos protagonistas do movimento e aos seus interesses individuais.

Quanto à segunda pergunta, sendo a Inconfidência Mineira um componente de um contexto mais vasto de transformações políticas e sociais, este levante não pode ser considerado como um evento isolado. Quer isso dizer que a Inconfidência Mineira não aconteceu sozinha, ela faz parte de um momento de mudanças políticas e sociais mais amplas. Por outras palavras, o levante dos inconfidentes em Minas Gerais não foi um episódio fortuito, mas sim parte de um período de muitas mudanças na sociedade e na política. Por exemplo, podemos comparar esta situação com um jogo de xadrez, no qual este levante é apenas um peão que se põe em um tabuleiro maior. Embora morto no berço em seus objetivos imediatos, o movimento teve impactos profundos, estando sempre conectado com outros acontecimentos, não devendo, portanto, ser analisado de forma isolada. Após a proclamação da República no Brasil (1889), muitos intelectuais elegeram a inconfidência como um marco significativo, propício para conferir legitimidade histórica ao novo regime, simbolizando assim um episódio relevante do desenvolvimento do nacionalismo e da luta contra a opressão e a ambição pela liberdade. Entretanto, não podemos negar que a revolta também teve dimensões específicas, devendo ser analisada a partir da perspectiva do contexto micro em que ocorreu o episódio. Sendo um evento sem apoio das potências estrangeiras, a Inconfidência Mineira não teve a

⁷ “ O movimento audacioso de belo irredentismos hauriu vigor na emancipação das treze colônias inglesas da América do Norte (04/07/1776), que suscitou brasílicos moços de Universidades européias. ‘ Em Coimbra, doze estudantes, combinando declara do Brasil independente, comprometeram-se a levar avante a idéia, quando fosse possível’(Francisco Adolfo de Varnhagen, Visconde de Porto Seguro - História Geral do Brasil, 4ª ed., tomo IV, São Paulo, 1952, pág. 311)”. Veja Oliveira, S. B. de. (1992). Antecedentes e conseqüências da Conjuração Mineira. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais. Cuiabá. 1(50). p. 77.

força necessária para se concretizar como um movimento de grande escala. Adicionalmente, devido aos desacordos sobre a extensão geográfica e discrepâncias na estrutura econômica e política com outras capitanias, o levante foi ainda mais condenado ao fracasso. Além disso, importa sempre destacar que a falta de unidade entre seus membros e o desgaste causado pelas disputas internas contribuiu para o seu fracasso.

Outra intenção deste estudo passa por refletir sobre a transição da alteridade para a identidade: como esta se deu através de um processo histórico complexo, influenciado por correntes de pensamento iluminista, acontecimentos revolucionários e políticas coloniais. Em outras palavras, o texto aborda a ideia de que os colonos transitaram de uma percepção de “alteridade” - “outro”/diferente - para serem integrados e reconhecidos como uma “identidade” coletiva. No contexto de crise colonial, como argumenta Roberta Stumpf, havia, entre esses homens, a urgência prioritária de buscar melhoria das condições sociais de existência, que muitos associavam à independência de Minas Gerais. Em complemento a essa análise, é essencial considerar como o processo de formação da identidade foi marcado por tensões sociais. A construção da identidade coletiva não deixou de envolver constantes conflitos. Paralelamente a buscarem seus papéis e lugares na sociedade com o fim de preservar privilégios e proteger seus interesses, o principal objetivo desses homens seria o rompimento com Lisboa. Tal processo, cabe notar que, foi incentivado pelas contribuições dos correntes pensamentos do Iluminismo⁸, construindo e reconstruindo as visões dos colonos de si próprios em relação ao império português. Assim, a formação de uma identidade coletiva em Minas Gerais não apenas representou um desafio à ordem do império colonial, mas ela também se evoluiu e, conseqüentemente, favoreceu o surgimento e desenvolvimento de uma consciência da identidade brasileira no século XIX.

Os objetivos políticos da Inconfidência, segundo a Laura de Mello e Souza⁹, eram revolucionários. No entanto, não há evidências suficientes para afirmar se seus objetivos sociais também o eram. É de notar que a escravidão, elemento central da economia colonial brasileira, não foi um ponto prioritário na discussão do projeto político das elites coloniais. Essa exclusão era característica de uma elite que buscava destacar seu status social em uma sociedade não igualitária, revelando uma contradição entre o discurso de igualdade e

⁸ Stumpf, R. G. (2010). Filhos das minas, americanos e portugueses: identidades coletivas na capitania das Minas Gerais(1763-1792). São Paulo: Hucitec. pp. 58.

⁹ Souza, L. de M. e & Boschi, C. C. (2006). Inconfidência Mineira. Resgate: Revista Interdisciplinar De Cultura, 1(1), 100-106.

liberdade defendido pelos inconfidentes e a realidade social na época. Apesar de buscar autonomia e libertação do império português, os homens tinham o objetivo de manter a estrutura social e econômica baseada na mão-de-obra escrava.

Não é que o assunto tivesse sido completamente ignorado; simplesmente não foi prioritário. É de lembrar que a economia determina a superestrutura¹⁰. Quer isso dizer que a economia é a força motriz fundamental do desenvolvimento social, e as estruturas políticas, culturais e outras da sociedade são todas construídas sobre a base econômica. Se, por exemplo, a economia de uma sociedade é predominantemente agrícola, seu sistema político e suas atitudes culturais podem ser mais tradicionais e conservadoras. Se uma sociedade tiver uma economia altamente industrializada, seu sistema político e suas atitudes culturais poderão ser mais modernos e abertos. No caso de Minas Gerais, sua economia era dominada pela mineração, com a agricultura e a pecuária desempenhando um papel de auxílio. Vale salientar que os três sectores econômicos estavam firmemente associados ao trabalho escravo. A escravidão era um pilar central da economia da colônia e, sem ela, a riqueza e a capacidade produtiva de muitas elites teriam sido seriamente ameaçadas. Os envolvidos na revolta eram beneficiários diretos desse sistema escravocrata, no qual seu status econômico e poder social se baseava. Mesmo que fossem influenciados pelos pensamentos e ideais iluministas – mais hostis à escravidão – e acontecimentos revolucionários, uma vez que a abolição da escravatura fosse realizada, seus interesses oligárquicos seriam gravemente afetados.

Essa interação entre o “eu” e a sociedade, segundo uma das teorias de Stuart Hall¹¹, é o que impacta a formação da identidade. Em outras palavras, a identidade é construída através das relações sociais. Na busca pela autonomia, os inconfidentes partilhavam uma identidade coletiva, que excluía qualquer possibilidade de incorporar tudo o que poderia afetar seus interesses particulares e valores, como era o caso da abolição da escravatura. A identidade, portanto, não é um conceito fixo, como afirma Stuart Hall; trata-se de um processo dinâmico e

¹⁰ Teoria marxista.

¹¹ Teórico cultural e sociólogo britânico-jamaicano. Hall, S. (2006). A identidade cultural na pós-modernidade (T.T. da Silva & G. L. Louro, Trans.; 11th ed.) Rio de Janeiro: DP&A. Embora Hall tenha se dedicado sobretudo às identidades derivadas do globalismo contemporâneo e da pós-modernidade, a perspectiva de identidades fluidas é útil para a análise em tela. A perspectiva de que a identidade se constitui um resultado da dinâmica das relações sociais, aliás, é compartilhada por sociólogos e antropólogos pertencentes a outros enquadramentos teóricos, a exemplo de Norbert Elias e Fredrik Barh.

em constante transformação, influenciado pelo contexto cultural e histórico, e pode ser entendida como uma “celebração móvel”¹².

No primeiro capítulo, exploraremos como as reformas pombalinas foram entrelaçadas e profundamente influenciadas pela complexa relação entre a situação mundial e as denominações religiosas no contexto histórico dos séculos XVII e XVIII. As políticas implementadas por Pombal não foram apenas uma resposta à crise do império português, mas também foram impactadas pelas ideias ilustradas. Tais ações desencadearam mudanças políticas, sociais e econômicas em Portugal e em suas colônias. Como referência específica às Minas Gerais, a partir da segunda metade do século XVIII, Minas gradualmente tornou-se um pilar financeiro da Metrópole, transformando-se na região central de mineração de ouro e metais preciosos. A introdução da centralização administrativa e de uma legislação tributária rigorosa exacerbou as tensões entre as autoridades metropolitanas e as elites coloniais, causando o descontentamento dos homens da região.

No segundo capítulo, o foco de nossa análise se volta às Minas Gerais para explorar a transição do centro de gravidade da economia colonial brasileira no século XVIII e seu impacto na sociedade e políticas locais. Com a transição do eixo econômico brasileiro açucareiro no nordeste para um ciclo do ouro no sudeste, Minas tornou-se uma das principais fontes de possessões mais importantes da Metrópole. Minas Gerais atraiu também um fluxo imenso de imigrantes, após a descoberta do ouro e metais preciosos, transformando a região em um centro de riqueza para a colônia. Contudo, por trás dessa prosperidade, escondiam-se as profundas contradições e crises. A implementação da série de impostos duros com o objetivo de maximizar os benefícios da Metrópole na produção aurífera provocou as insatisfações dos colonos. Além disso, com o esgotamento das jazidas, as tensões entre os dois lados se intensificaram. Paralelamente, a disseminação dos ideais iluministas forneceu fontes e recursos ideológicos às elites coloniais, levando-as a começar a formar uma visão de si mesmas em oposição a Portugal. A eclosão da Revolução Americana inspirou os colonos locais quanto à possibilidade do rompimento com Lisboa, estimulando seu desejo de autonomia e independência. A Inconfidência Mineira, neste contexto, foi incentivada através da consciência de antagonismo contra o império português, visando salvaguardar os seus interesses econômicos e sociais.

¹² Hall, S. (2006). A identidade cultural na pós-modernidade (T.T. da Silva & G. L. Louro, Trans.; 11th ed.) Rio de Janeiro: DP&A, pp. 13.

Embora a revolta tenha fracassado, seu espírito separatista deixou um legado de longo alcance que influenciou a formação da identidade nacional brasileira, principalmente após a proclamação da República. Tiradentes, em particular, desempenhou o papel de herói nacional e foi associado ao movimento de independência na história do Brasil, e será aqui também revisitado.

Capítulo 1

1.1. CONTEXTO HISTÓRICO DE MINAS GERAIS

Ao adentrarmos o início do século XVIII, o Brasil mantinha-se sob controle e domínio de Portugal, vivendo em um momento de transição entre a decadência do ciclo do açúcar e a ascensão da mineração. Após o fim da Guerra de Emboabas (1707 – 1709)¹³, a Coroa portuguesa decidiu tomar iniciativa de fazer intervenção nas regiões de Minas Gerais, evitando que se transformassem em um território desagregado. Em 1720, ocorreu a separação das Capitanias de São Paulo e Minas de Ouro, e a criação da Capitania das Minas Gerais. A Capitania das Minas Gerais logo se tornou a mais rica do Brasil com base na extração de ouro, metal precioso, e diamantes na região durante a primeira metade do século XVIII. As elites coloniais vinham enriquecendo, ao mesmo tempo, em que sustentavam a economia portuguesa que tinha passado por um período complicado na segunda metade do seiscentos. A exploração e produção aurífera trouxeram uma enorme riqueza que chamou a imensa atenção da Coroa portuguesa, e a partir daí, a relação entre as elites coloniais e a Coroa começou a deteriorar.

Vila Rica já nos anos vinte de 1700 sofria do sistema rigoroso dos altos impostos cobrados pela Coroa. A insatisfação dos colonos se tornou uma motivação essencial que levou à revolta. A Revolta de Vila Rica, entre 28 de junho e 19 de julho de 1720, foi um episódio que marcou o início da manifestação dos colonos, porém, não tinha o objetivo de se separar da Coroa portuguesa, mantendo ainda o vínculo com a Coroa. A partir da segunda metade do século XVIII, a política fiscal de Portugal relativa à colônia se tornou mais rígida. O governo pombalino ordenou o aumento da cobrança dos impostos no Brasil para bancar a reconstrução de Lisboa, após o terremoto de 1755, criando para isso o chamado "subsídio voluntário"¹⁴. Isso fomentava ainda mais o desgaste da relação entre a Coroa e os colonos até que se chegasse ao ponto de os colonos começarem a organizar a conspiração a partir de 1780.

¹³ A Guerra dos Emboabas foi um conflito envolvendo os bandeirantes paulistas, os pioneiros na descoberta do ouro, e forasteiros (portugueses de Portugal e colonos de outros territórios da América), a quem os bandeirantes denominavam “emboabas”, pelo domínio da exploração da região das minas.

¹⁴ Autos de Devassa da Inconfidência Mineira: complementação documental (H. G. Mathias, ed.). (2001). MinC-IPHAN-Museu da Inconfidência. 11. pp. 30. https://ejef.tjmg.jus.br/wp-content/uploads/2022/06/atos_volume-11.pdf

O contexto histórico da Inconfidência Mineira se insere em um período marcado por profundos descontentamentos e contradições na sociedade colonial brasileira. A exploração econômica intensa do ouro e de metais preciosos, a centralização do poder nas mãos de Portugal e a imposição de rigorosos tributos foram fatores determinantes e cruciais na insatisfação dos colonos. A Inconfidência Mineira, organizada pela elite socioeconômica, foi um importante movimento de caráter separatista e elitista que ocorreu no final do século XVIII. Nas palavras de Schwarcz e Starling (2015)¹⁵, na região da Capitania de Minas Gerais, no Brasil colonial, nasceu

“o mais relevante movimento anticolonial da América portuguesa: pôs em dúvida o próprio sistema e adaptou para as Minas um projeto de poder de natureza nitidamente republicana”,

na região da Capitania de Minas Gerais, no Brasil colonial. Esse episódio histórico demonstra a insatisfação de muitos brasileiros ricos com a opressão e exploração por parte da Coroa Portuguesa e a reivindicação da proclamação de uma república aos moldes dos Estados Unidos.

A conjuntura do Iluminismo, movimento cultural e intelectual, que, entre outras coisas, estimulou o pensamento crítico e questionador, teve influência na germinação desse movimento mineiro, ainda que suas lideranças selecionassem os elementos desse pensamento que melhor lhes conviessem. Para além, chegaram ao ponto de edificar discursos políticos que de alguma maneira combinavam esse ideário iluminista com argumentos e autores de um paradigma condizente com a segunda escolástica, como se não fossem universos intelectivos muito distintos¹⁶. A disseminação das ideias iluministas, que defendiam a liberdade, razão, igualdade e fraternidade, contribuiu para a formação de um ambiente propício à contestação do domínio colonial.

1.2. A REAL MESA CENSÓRIA, JESUÍTAS E ILUMINISMO

¹⁵ Schwarcz, L. M., & Starling, H. M. (2015). Brasil: uma biografia (digital ed.). São Paulo: Companhia das Letras, p.212

¹⁶ Villalta, L. C. (2000) 1789-1808. [Col. Virando Séculos]. São Paulo: Cia das Letras.

O Iluminismo no Brasil colonial foi uma manifestação tardia e adaptada do movimento iluminista europeu. No final do século XVIII, as ideias ilustradas começaram a “invadir” a sociedade brasileira por meio de intelectuais colonos e políticos, que a maioria do quais havia estudado nas universidades europeias. Neste período, ocorreram também os eventos internacionais significativos, como a Revolução Americana em 1776 e, mais tarde, a Revolução Francesa em 1789, que deixaram marcas nas mentes dos intelectuais de que tais ideias poderiam ser, verdadeiramente, implementadas. O Iluminismo influenciou diretamente as tentativas e movimentos de independência no Brasil Colonial, como o episódio da Inconfidência Mineira em 1789, a Conjuração Baiana em 1798, a Revolução Pernambucana em 1817, a Independência do Brasil em 1822, entre outros.¹⁷, todos eles liderados e inspirados pelos princípios do Iluminismo.

Essas ideias deram ênfase à razão, à ciência, à crítica ao mercantilismo, à liberdade e aos direitos humanos. Com isso, toda a estrutura política e social do absolutismo monárquico fora questionada profundamente. Os líderes da Inconfidência criticavam o absolutismo e o sistema mercantilista impostos pela Coroa portuguesa, que explorava a economia brasileira colonial e impunha as pesadas taxas e impostos, especificamente a aplicação da derrama, que era a cobrança de impostos atrasados. Não obstante, os líderes buscavam a criação de uma sociedade mais justa e igualitária, defendiam a separação dos poderes, e o fim dos privilégios de alguns agentes coloniais¹⁸.

Houve, também, um acréscimo na valorização da educação e do conhecimento. A Arcádia Ultramarina, uma sociedade literária brasileira fundada em 1769 em Vila Rica, e a criação da Sociedade Literária do Rio de Janeiro visavam promover as ideias iluministas. Esses grupos de intelectuais trocavam ideias e obras literárias, contribuindo para a difusão de ideias iluministas, porém, de maneira limitada e privada devido ao fato de que o governo

¹⁷ Oliveira, S. B. de. (1992). Antecedentes e consequências da Conjuração Mineira. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais. Cuiabá. 1(50). p. 80 - 83.

¹⁸ Souza, L. de M., & Boschi, C. C. (2006). Inconfidência Mineira. Resgate: Revista Interdisciplinar De Cultura, 1(1), 100-106. DOI: <https://doi.org/10.20396/resgate.v1i1.8645458> --- “Com base no trabalho revelador de Maxwell (A Devassa da Devassa) e com boa dose de má vontade, seria possível dizer que a Inconfidência foi um complô dirigido pela oligarquia mineira e, nesta qualidade, norteado pelos interesses de setores da burocracia local, fazendeiros, mineradores, comerciantes gráudos e intelectuais ilustrados, ansiosos por reconquistar a prosperidade que os impostos extorsivos engoliam com voracidade crescente e o mando político que o governo demagógico de Luís da Cunha Menezes lhes roubara de sopetão”.

colonial português exercia um controle rigoroso sobre a circulação de informações e qualquer publicação precisava ser revisada e aprovada pela Real Mesa Censória, cujo objetivo era evitar a disseminação das ideias consideradas subversivas e nocivas aos interesses da Coroa portuguesa¹⁹. Somava-se isso a ausência de tipografias²⁰ e as contradições da política de defesa observada por Lisboa²¹.

Já na primeira metade do século XVIII, sob o reinado de D. João V (1706 - 1750), ocorreu o maior afluxo de ouro do Brasil para os cofres do Estado: durante o reinado de D. João V, o ouro do Brasil era a principal fonte de riqueza para Portugal. Como descreveu Charles Boxer, o papel da América portuguesa nesse período era a “vaca leiteira” de Portugal. Dom João V era um monarca fortemente devoto, famoso por seu apoio à Igreja Católica e por suas construções luxuosas. D. João V investiu em obras suntuosas e cerimônias grandiosas para projetar uma imagem de poder e riqueza. O Convento de Mafra, por exemplo, foi construído sob inspiração de outros grandes palácios europeus erguidos para simbolizar e exaltar a grandeza da realeza. Como indicou Ricardo de Oliveira (2010),

“... faz com que as riquezas que volumosamente chegavam da América se dissipassem rapidamente devido à manutenção da etiqueta palatina e da devoção religiosa,

¹⁹ “O censor não encontra nada contra o «Real serviço de V. Majestade», o que parece indicar uma certa especialização dos censores de cada instituição. Enquanto o da Inquisição e o do Episcopado procuravam identificar eventuais conteúdos contra a fé e os bons costumes, o censor real tem por função impedir a publicação do que poderia ser prejudicial ao serviço real - uma espécie de versão mais limitada do que se poderia chamar a «razão de estados»”. Veja Tavares, Rui. (2018). O censor iluminado: ensaio sobre o pombalismo e a revolução cultural do século XVIII. Lisboa, Tinta-da-China. pp. 148.

²⁰ “...essa ideia de «prêmio da Imprensa» é reveladora do caráter exclusivo e digno atribuído ao documento impresso. A imprensa representa um objetivo a alcançar pelos textos que se mostrem dignos dela, em vez de ser um simples instrumento de divulgação ao serviço de todo e qualquer livro”, “É preciso também sublinhar que essa máquina controlava um universo de textos muito mais vasto do que antes de 1768. Para além dos manuscritos produzidos no reino e para os quais se pedia uma licença de impressão, o que correspondia ao corpus da censura tripartida, a Real Mesa Censória possuía uma jurisdição sobre os livros estrangeiros importados que pretendiam ser comercializados no reino, as reimpressões dos livros já aprovados por outras instituições de censura, as peças de teatro destinadas a defendidas na Universidade de Coimbra, etc”. Veja Tavares, Rui. (2018). O censor iluminado: ensaio sobre o pombalismo e a revolução cultural do século XVIII. Lisboa, Tinta-da-China. pp. 148, pp. 160.

²¹ Um termo emprestado do livro de Tavares.

cuja construção do convento de Mafra traduziu-se no melhor exemplo da falta de racionalidade na gestão do reino.”²²

Imerso em uma vida de luxo, “...a d. João V, nada disso interessava. Não lhe dizia respeito o impacto que o ouro do Brasil provocava no mundo. A única coisa com que o rei realmente se importava era saber o que o ouro podia comprar”.²³

Figura 1



Convento de Mafra

²² Oliveira, R de. (2010). As metamorfoses do império e os problemas da monarquia portuguesa na primeira metade do século XVIII. *Varia Historia*, 26(43), 109-129. pp. 120. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-87752010000100007>

²³ Figueiredo, L. (2011). *Boa Ventura! A corrida do ouro no Brasil (1697-1810)* (3rd ed.). Rio de Janeiro: Record. pp. 213.

Fonte: imagem está disponível do site <https://portaldeportugal.com/palacio-nacional-mafra/> , obtida em 1 de março de 2025.

Além disso, ele manteve um relacionamento estreito com os jesuítas, considerados parceiros na propagação da fé católica e na educação. Os jesuítas tinham uma presença significativa na corte de D. João V, atuando como conselheiros religiosos e intelectuais. Num certo sentido, complementavam as limitações administrativas do Estado. Importa lembrar que a máquina burocrática estatal era muito pequena. A esse respeito, assinalou Hespanha (2003, citado por Oliveira, 2010),

“...o aparelho administrativo da coroa era muito débil, (...). Dos cerca de 1.700 oficiais que a coroa tinha ao seu serviço..., uns 500 estavam na Corte. No resto do país, apenas 10% das estruturas administrativas pertenciam à coroa, o que quer dizer que, para cerca de 12.000 funcionários concelhios, senhorias e de outras entidades [excluídos, em todo o caso, os oficiais eclesiásticos], havia 1.200.”²⁴

Em Portugal e no Brasil, durante o reinado de D. João V, os jesuítas mantiveram-se como os principais encarregados da educação, por exemplo. Os colégios, que eles administravam, formavam-se as elites intelectuais e políticas daquele período.

A Companhia de Jesus tinha chegado ao Brasil em 1549, numa expedição chefiada pelo Padre Manuel da Nóbrega. Após estabelecer o Colégio de São Paulo de Piratininga (1554) e outras instituições paralelas, a companhia expandiu sua atuação no Brasil. Criaram colégios em várias cidades, como Rio de Janeiro, São Paulo e Bahia. Esses colégios eram voltados para a formação das elites coloniais e para a catequese dos indígenas. “Seu propósito era deter o avanço protestante da época, utilizando duas estratégias principais: a educação dos índios e dos colonos, e a ação missionária para converter os povos das regiões colonizadas ao

²⁴ Oliveira, R de. (2010). As metamorfoses do império e os problemas da monarquia portuguesa na primeira metade do século XVIII. *Varia Historia*, 26(43), 109-129. pp. 119. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-87752010000100007>

catolicismo”, conforme apontado por Goulart (2023).²⁵ Posteriormente, tal esforço tornou-se cada vez mais intenso à medida que o cristianismo penetrou na colônia. “O plano de estudos no Brasil, baseado no *Ratio Studiorum*, foi adaptado para atender às diversas necessidades e interesses encontrados na colônia”, continua Joender Goulart (2023)²⁶. É de notar, também, que é neste contexto que os modelos mais eurocêntricos se enraízam: trazendo para a América o entendimento cristão europeu muito centrado na relação com o criador, que exigia a perfeição humana por meio do desenvolvimento de suas virtudes, ao mesmo tempo em que nega aos nativos sua identidade e sua cultura.

Os jesuítas, por outro lado, buscavam a proteção dos indígenas, defendiam os direitos deles contra a escravidão e maus tratos por parte dos colonos. Essa postura gerou severos conflitos com os colonos, que se beneficiaram de mão de obra indígena na agricultura. Mas com o passar do tempo, não só os colonos acumularam vastas propriedades no Brasil, mas também os jesuítas. As propriedades dos jesuítas eram usadas para sustentar as missões (reduções) e os colégios, mas também geravam riqueza para a ordem, e os transformaram em uma entidade mais influente e poderosa do Brasil colonial.

No entanto, sua influência começou a ser questionada à medida que a Coroa buscava centralizar o poder, o que ficou evidente na criação do patriarcado de Lisboa durante o reinado de dom João V.

A esse respeito, Ricardo de Oliveira (2010)²⁷ destaca que em 1716 ocorreu essa manifestação de centralização do poder, a cidade de Lisboa foi dividida em ocidental e oriental após a criação do patriarcado, tornando essa divisão uma referência obrigatória em documentação oficial a partir daquele momento. A localização da Sé Patriarcal era nas dependências da capela real, que era na extensão do palácio real, na Ribeira. Resumindo, Lisboa se transformou em um lugar de governação central e, ao mesmo tempo, na residência do rei. Oliveira (2010) argumentou: “Pólo de atração da alta nobreza, a corte durante o longo reinado de dom João V aprofundou o processo de redefinição de seus cerimoniais e cristalizou

²⁵ Goulart, J. L. (2023). A catequese dos povos originários no Brasil e a educação da população nativa: Uma revisão de literatura. *Revista Contemporânea*, 3(10). 17236 - 17261. pp. 17240 - 17241. DOI: <https://doi.org/10.56083/RCV3N10-035>

²⁶ *Ibid.*, pp. 17245 - 17246. DOI: <https://doi.org/10.56083/RCV3N10-035>

²⁷ Oliveira, R de. (2010). As metamorfoses do império e os problemas da monarquia portuguesa na primeira metade do século XVIII. *Varia Historia*, 26(43), 109-129. pp. 115. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-87752010000100007>

a hierarquia palatina de forma sofisticada, cuja ritualidade do cerimonial obedecia a rígidos códigos que aprofundavam as diretrizes estabelecidas no Regimento da Casa Real”.²⁸

Estava aberta a porta para as várias medidas operacionais que se seguiram após Sebastião José de Carvalho e Melo assumir o cargo de secretário de estado dos negócios estrangeiros e guerra (e depois secretário de estado do reino – quase equivalente a primeiro ministro) durante o reinado de D. José I (1750-1777). Neste caso, a centralização do poder foi ainda mais intensa e abrangente, com foco em fortalecer o Estado, reduzir o impacto de grupos como a nobreza e a Igreja, e modificar a administração do reino. Guilherme Marchiori de Assis (autor que revisitou o assunto recentemente)²⁹ descreve o período de 1750 a 1758 como um episódio em que a religião e o poder centralizado se distanciaram cada vez mais, com o aumento da influência monárquica sobre os jesuítas.

Antes da criação da Real Mesa Censória, a censura em Portugal era dividida entre a Inquisição (que investigava e punia os acusados de se envolverem em atividades heréticas, supervisionando a produção e a circulação de obras), o Desembargo do Paço (que controlava a publicação de textos e exigia a obtenção de uma licença e autorização antes da impressão da obra) e o Ordinário (que supervisionava a circulação de livros e textos para garantir que não contivessem erros ou ideias heréticas e servia como complemento à Inquisição). Ao limitar o poder da Inquisição, subordinando-a ao Estado e reduzindo sua influência na sociedade, parte das suas funções originais após o pombalismo foram retiradas, demonstra Rui Tavares (2018)³⁰: “o poder de aplicar a pena de morte era simbólico desta prevalência da Inquisição. Após o pombalismo, dois destes três objetos desaparecem (distinção cristão-velho/novo e censura de livros) e reduzida à hipótese de perseguir heresia declarada (e ficar com os bens dos condenados), a Inquisição ficou sem grandes formas de recolher proventos.”

Dois outros eventos devem ser inseridas neste estudo sobre a dinâmica dessa reforma, como contextualização. Um deles foi o atentado contra D. José I (1758) e o subsequente Processo dos Távoras (1759), no qual membros de uma das famílias nobres mais

²⁸ Ibid., pp.118. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-87752010000100007>

²⁹ Assis, G. M de. (2024). As causas do terremoto de Lisboa no ano de 1755 segundo o discurso do padre Gabriel Malagrida. *Revista Brasileira De História Das Religiões*, 17(49), 255–276. DOI: <https://doi.org/10.18764/1983-2850v17n49.2024.12>

³⁰ Tavares, Rui. (2018). *O censor iluminado: ensaio sobre o pombalismo e a revolução cultural do século XVIII*. Lisboa, Tinta-da-China. pp. 452.

poderosas de Portugal foram acusados de tentativa de regicídio e posteriormente supliciados em uma cerimônia brutal que gerou muitas críticas de observadores estrangeiros.

Este episódio de intimidação da nobreza revela as seguintes estratégias: i) controlar as influências dos privilégios da aristocracia, ii) centralizar a administração do Estado e iii) fortalecer a autoridade do monarca, garantindo-lhe que a nobreza não pudesse desafiar o poder real no futuro. Crucialmente, Pombal também aproveitou o atentado para acusar os jesuítas de estarem envolvidos na conspiração. Ele alegou que os jesuítas, em conjunto com a família Távora, planejaram o atentado para desestabilizar o governo e retomar o poder que haviam perdido com o início das reformas pombalinas. Nas palavras de Kenneth Maxwell (1997), tratava-se de “esmagar tanto a oposição aristocrática como os jesuítas em Portugal”.³¹

Outro episódio histórico aconteceu bem no início do reinado de D. José I. Em 1755, a grande Lisboa sofreu uma catástrofe - o terremoto - que destruiu a cidade quase inteira. Apareceu uma figura fulcral que “ajudou” o crescimento da atitude anti-jesuítica: o Padre Malagrida, que interpretava o evento como punição. “Aquele terrível acontecimento que transformou Lisboa num inferno de ruínas e de fogo teve uma causalidade sobrenatural: um castigo de Deus para punir o modo de proceder dos agentes da política seguida pela corte portuguesa”³². Enquanto isso, os pensadores do Iluminismo, viam o terremoto como um fenômeno natural, e ofereciam explicações racionalistas. As ações de Malagrida, de “tom polêmico que ganha o sentido antigovernamental e crítico da política regalista”,³³ contribuíram para que Pombal percebesse os jesuítas como uma ameaça, o que levou a ações mais severas contra eles. A sentença de Malagrida foi de ser exilado para Setúbal,³⁴ tornando Malagrida a “última vítima mortal da Inquisição portuguesa”, e iniciando uma nova etapa na intensificação da hostilidade entre o pombalismo e os jesuítas, que culminaria na expulsão dos membros da Companhia em 1759.

³¹ Maxwell, K. (1996). Marquês de Pombal: paradoxo do iluminismo (A de. P. Danesi, Trans.; 2nd ed.). Rio de Janeiro: Paz e Terra. pp. 79 - 94.

³² Franco, J. E. (2021). O terramoto como metáfora: O Grande Terramoto de Lisboa e o prenúncio do sismo jesuítico na Época da Luzes. *Teresa: Revista De Literatura Brasileira*, 21, 619-633. pp. 622. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2447-8997.teresa.2021.176869>

³³ Ibid., pp. 624. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2447-8997.teresa.2021.176869>

³⁴ Tavares, Rui. (2018). O censor iluminado: ensaio sobre o pombalismo e a revolução cultural do século XVIII. Lisboa, Tinta-da-China. pp. 554.

Enquanto isso, a Real Mesa Censória unificou os dois sistemas, trazendo a censura para o controle direto do Estado. Tavares (2018) acredita que a função da Real Mesa Censória, foi, principalmente,

“uma instituição política, educativa, judicial, com uma componente religiosa, e instrumental na composição do poder no reino.”³⁵

A Real Mesa Censória era formada por membros designados pelo monarca e por Pombal, incluindo juristas, teólogos e intelectuais. Esta estrutura espelhava o propósito de equilibrar os interesses do Estado, da Igreja e da sociedade. Tavares (2018) descreve um corpo de censores predispostos “a ser sempre os mesmos e a exercer o seu cargo de dentro da instituição” onde “detém a censura de escolher letrados ou estudiosos para lhes atribuir o exame dos livros”. Dessa forma, fazia com que a Real Mesa Censória fosse “uma instituição consideravelmente homogênea”.³⁶

Ao longo do século XVII e século XVIII, em diversas partes da Europa, os pensamentos iluministas de filósofos como Descartes e Locke impulsionaram uma ruptura com a tradição de autoridade, valorizando o mérito da razão, da experiência e da utilidade. Essas ideias também alcançaram Portugal, incentivando o país a se adaptar. Este contexto intelectual se tornou um cenário importante para a decisão do Pombal subsequente sobre a Companhia de Jesus.

Cláudio Manuel da Costa, um dos principais líderes da Inconfidência, possuía uma biblioteca que era muito incomum. Estudou na Universidade de Coimbra, onde teve acesso a uma ampla gama de obras que abrangia todos os assuntos, incluindo obras literárias, filosóficas, científicas e jurídicas. Isto lhe permitia adquirir diretamente os livros que não

³⁵ Ibid., pp.453.

³⁶ Tavares, Rui. (2018). O censor iluminado: ensaio sobre o pombalismo e a revolução cultural do século XVIII. Lisboa, Tinta-da-China. pp. 469.

estariam disponíveis no Brasil colonial. O problema, no entanto, era como os trazia de volta ao Brasil, sendo que qualquer importação dos livros vindos da Europa precisava ser controlada pela Coroa? Apesar das restrições rigorosas e da censura, Cláudio Manuel da Costa contratava comerciantes ou seus amigos que trouxessem os livros da Europa para o Brasil. Foi, de verdade, um risco. Apontou Fernando Novais (2012)³⁷ que as proibições inquisitoriais e a censura do absolutismo (mesmo depois das reformulações impostas por Pombal) não foram capazes de impedir a chegada das obras europeias à colônia, como demonstram as pesquisas realizadas nas bibliotecas coloniais. Ao mesmo tempo, importa salientar que no interior de Minas, havia já bibliotecas com um acervo notavelmente influenciado pelo Iluminismo. Esses eram os casos das bibliotecas de João Rezende da Costa e Batista Caetano de Almeida. Além de obras dedicadas a temas como agricultura, botânica, química, história e relatos de viagem, e marcadas pela ausência de autores da escolástica tradicional, encontravam-se pensadores como Montesquieu, Diderot, Rousseau, Beccaria, Mably, Condorcet e Raynal, todos eles identificados e proibidos pelo *Index Librorum Prohibitorum*.

A biblioteca de Cláudio Manuel da Costa atendia não apenas a uma fonte de conhecimento pessoal, mas também a um recurso para outros inconfidentes. As obras nutriam em parte as ideias revolucionárias e iluministas que circulavam entre os líderes da Inconfidência Mineira e a produção intelectual destes foi influenciada e marcada pelas ideias de liberdade, justiça e igualdade. Esse impacto é evidente nos objetivos do movimento, que incluíam a independência, a criação de uma república e a implementação de um governo melhor.

Os inconfidentes reuniam-se na Casa dos Contos e discutiram as concepções ilustradas transmitidas pelos livros de autores como Locke, Voltaire, Descartes, Raynal, entre outros, os quais os ajudavam a “interpretar o mundo em que viviam”³⁸.

Figura 2

³⁷ Novais, F. A. (1989). Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808) (5th ed.). São Paulo: Hucitec. (Original work published 1979). pp. 159.

³⁸ Rodrigues, A. F. (2020). Livros científicos, saberes ilustrados e condutas “sediciosas” de leitura na livraria do cónego Luís Vieira da Silva (Minas Gerais, Brasil, 1789). *Secuencia* (107), e1700. pp. 17. DOI: <https://doi.org/10.18234/secuencia.v0i107.1700>



A biblioteca e a sala de reunião na Casa dos Contos

Fonte: imagens capturadas pela autora no site: <https://www.eravirtual.org/op/> a 1 de março de 2025.

“Cartas Chilenas” de Tomás Antônio Gonzaga, um dos líderes importantes da Conjuração, são poemas satíricos que criticam o desleixo do governo, a incapacidade da administração política na região, e os corruptos governadores,

“...Ora pois, louco chefe, vai seguindo
A tua pertensão, trabalha, e força
Por fazer imortal a tua fama.
Levanta um edifício em tudo grande,
Um soberbo edifício, que desperte
A dura emulação na própria Roma.
Em cirna das janelas e das portas
Põe sábias inscrições, põe grandes bustos,
Que eu lhes porei, por baixo, os tristes nomes
Dos pobres inocentes, que gereram
Ao peso dos grilhões, porei os ossos
Daqueles que os seus dias acabaram,
Sem Cristo e sem remédios, no trabalho.
E nós, indigno chefe, e nós veremos
A quais destes padrões não gasta o tempo”.³⁹

³⁹ Gonzaga, T. A. Cartas Chilenas/IV. (1863). Wikisource, a biblioteca livre. Recuperado às 11:40, dezembro 29, 2006. Disponível em:
https://pt.wikisource.org/w/index.php?title=Cartas_Chilenas/IV&oldid=43108

Já as poesias manuscritas de Cláudio Manuel da Costa exemplificam as ideias iluministas através das descrição e valorização da riqueza da natureza da Vila Rica:

“Se as Musas são que inspira Amor piedoso, Se
é que no seio têm da Natureza Alguma, e não pequena
gentileza Com um engenho puro, e luminoso.

Deve a vós os seus cantos saudosos Com toda
aquela fértil singeleza, Que ao monte com beleza, e a
correnteza Convém tão bem, com nome tão famoso.

Mas, ó Ninfas, que ao céu dais doce alívio,
Socorrei-me o meu canto, que sagrado Ao vosso é o
nome, e vos é muito devido.

Se acaso algum engenho houver maldoso,
Dizei-lhe que se vale de um pecado Tão grande, que
mereça eterno olvido”.⁴⁰

Não era apenas a biblioteca do Cláudio Manuel da Costa a fonte valiosa dos membros do movimento, na análise de André Figueiredo Rodrigues (2020). Os livros apreendidos na cidade de Mariana, que pertenciam ao cônego Luís Vieira da Silva, eram também de espantosa quantidade e ótima qualidade,

“... encontrando-se ali uma boa diversificação temática, com assuntos como religião, filosofia, jurisprudência, literatura, ciências e conhecimentos úteis, do antigo ao moderno, ‘sensíveis às inovações que ocorriam nas ideias científicas, políticas e filosóficas’ da Europa da segunda metade do século XVIII... lá estava Charles-Louis de Secondat, o barão de Montesquieu (1689-1755), com dois de seus títulos: *L'esprits des lois* (O espírito das leis), em

⁴⁰ Costa, C. M da. *Poemas*. (1966). São Paulo: Editora Cultrix. Disponível em:
<http://www.bibvirt.futuro.usp.br>

cinco volumes in-octavo, e *Grandeur et décadence des Romains* (Grandeza e decadência dos romanos), em seis volumes in-octavo.”⁴¹

Após a descoberta da Conjuração, as influências do Iluminismo permaneceram neste território, e as ideias iluministas viriam a ser fundamentais para a formação dos ideais que levaram à Independência do Brasil em 1822. Continuaram a inspirar os intelectuais ainda no período pós-Independência em suas propostas para as reformas sociais, políticas e educacionais no Brasil, bem como no ideal que culminou na Proclamação da República.

1.3. AS AMEAÇAS EXTERNAS

A Inconfidência Mineira representou uma das principais conspirações contra a dominação colonial portuguesa no Brasil. Ela emergiu em meio a conflitos sociais, políticos e econômicos - internos e externos, mais ou menos explícitos - que caracterizaram o final do século XVIII.

O Brasil colônia estava sob o domínio de Portugal e, no século XVIII, o país vivia uma situação de exploração intensa das suas riquezas minerais, especialmente em Minas Gerais, onde a extração de ouro era uma das principais fontes de renda da Coroa portuguesa. A respeito disso, afirma Kenneth Maxwell⁴², “O ouro foi encontrado, de início, nas torrentes ao longo das vertentes da serra do Espinhaço, que se estende de norte a sul entre as cidades atuais de Ouro Preto e Diamantina, no estado de Minas Gerais, cruzando o grande planalto interior do Brasil”, e não tardou, “as remessas de ouro do Brasil aumentaram constantemente durante a primeira metade do século XVIII, alcançando seu apogeu no início da década de 1750.”

⁴¹ Rodrigues, A. F. (2020). Livros científicos, saberes ilustrados e condutas “sediciosas” de leitura na livraria do cônego Luís Vieira da Silva (Minas Gerais, Brasil, 1789). *Secuencia* (107), e1700. pp. 7 -17. DOI: <https://doi.org/10.18234/secuencia.v0i107.1700>

⁴² Maxwell, K. (1996). *Marquês de Pombal: paradoxo do iluminismo* (A de. P. Danesi, Trans.; 2nd ed.). Rio de Janeiro: Paz e Terra. pp. 39 - 40.

Figura 3



Ouro Preto

Fonte: imagem capturada pela autora no site: <https://www.eravirtual.org/op/> a 1 de março de 2025.

Na análise de Roberta Stumpf⁴³, o expressivo crescimento populacional em Minas Gerais pode ser considerado uma consequência indireta do ciclo do ouro. Segundo ela,

“O crescimento se deu verdadeiramente nas décadas de 1740-1760, auge da produção aurífera. Outros cálculos mostram que de 1710 a 1742, a população em Minas cresceu 623%, mas, entre 1710 e 1776, o aumento foi de cerca de 1000%.”

⁴³ Stumpf, R. G. (2017, September/December). Minas contada em números - A capitania de Minas Gerais e as fontes demográficas (1776 - 1821). *Revista Brasileira de Estudos de População* 34(3), 529 - 548. Belo Horizonte. pp. 535. <http://dx.doi.org/10.20947/S0102-3098a0029>

Durante o ciclo do ouro (século XVIII), a descoberta de ouro e diamantes na área atraiu um grande número de pessoas, incluindo colonos e aventureiros, - sem esquecer os escravos que para ali eram encaminhados - resultando em um rápido aumento da população e na criação de uma sociedade complexa e diversificada. Este progresso apresentou dificuldades ao domínio da metrópole sobre a colônia. A ocupação de Minas Gerais constituiu uma ameaça interna para a Coroa Portuguesa. Como uma consulta do Conselho Ultramarino de 1732, já tinha notado, os perigos internos são os que poderão causar os naturais do país, e os mesmos vassallos⁴⁴. De acordo com Fernando Novais, o aumento de população na colônia e uma complexidade crescente da sociedade colonial abriram a possibilidade de, gradualmente, se manifestar oposição de interesses entre os colonos e a metrópole.⁴⁵

A descoberta de ouro e diamante atraía a cobiça tanto da corte portuguesa quanto da corte britânica, que era muito influente em Portugal. Era também o destino de muito do ouro que era extraído de Minas. O ouro era a forma de pagamento do comércio externo de Portugal com a Inglaterra, fruto de uma balança de pagamentos muito desequilibrada.⁴⁶ Durante o período colonial, os britânicos também mostraram interesse no ouro brasileiro de maneira indireta. Isto estava relacionado com o contexto mercantilista mais vasto de disputa entre potências europeias pela exploração de riquezas no Novo Mundo.

Antes de Pombal assumir o cargo do ministro dos Negócios Exteriores e da Guerra, Portugal e a Espanha já tinham chegado a um acordo⁴⁷ na demarcação de fronteiras da América do Sul entre duas potências. Depois de tomar posse do cargo de ministro dos

⁴⁴ Novais, F. A. (1989). Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808) (5th ed.). São Paulo: Hucitec. (Original work published 1979). pp. 142.

⁴⁵ Ibid..

⁴⁶ Fisher, H. E. S. (2015). The Portugal Trade: A Study of Anglo-Portuguese Commerce, 1700-1770. Routledge.

⁴⁷ Acordo de Madri, aprovado pelas duas cortes em dezembro de 1749 e assinado em janeiro de 1750. "...as negociações começaram, conduzidas, do lado espanhol, por Don José de Carvajal y Lencastre, presidente do Conselho das Índias, e do lado português pelo brasileiro Alexandre de Gusmão, secretário particular de Dom João V, com a finalidade de definir as disputas de fronteira entre as duas potências da América do Sul, assim como de examinar a possibilidade de um tratado comercial entre os dois países", segundo Ferrand d'Almeida, L., Problemas do comércio luso-espanhol nos meados do século XVIII: um parecer de Sebastião José de Carvalho e Melo", RHES, 8, 1981, pp. 95-131, citado por Maxwell, K. (1996). Marquês de Pombal: paradoxo do iluminismo (A de. P. Danesi, Trans.; 2nd ed.). Rio de Janeiro: Paz e Terra. pp. 51.

Negócios Exteriores e da Guerra, Pombal devia, sem dúvida, herdar a implementação do Tratado de Madrid (1750), destaca Kenneth Maxwell(1996)⁴⁸, e iniciou, então, a primeira negociação com a Espanha, preocupando-se muito com o interesse nacional português. O Tratado de Madrid (1494) delineou “as fronteiras de seus territórios coloniais na América do Sul em sua totalidade e substituiu os acordos feitos em Utrecht”, baseado no princípio do *uti possidetis*⁴⁹, que determina que o território pertenceria a quem o ocupava de fato, “assim como a linha de demarcação vaga e muito violada definida pelo Tratado de Tordesilhas(1494) cerca de trezentos anos antes”.

Os portugueses concordaram em abrir mão do controle sobre Colônia do Sacramento (hoje em dia, no Uruguai) e das terras ao norte no estuário do Prata em troca de reconhecimento das fronteiras fluviais ocidentais do Brasil pela Espanha no tratado de Madrid. Como contrapartida, receberam as regiões das Missões Jesuíticas (Rio Grande do Sul) e na Amazônia.

Este era um objetivo que os espanhóis almejavam alcançar há décadas, ainda que tivessem aceito as fronteiras fluviais e as Sete Missões jesuíticas, cuja terras de pastagem foram colocadas sob domínio português. O tratado estipulava a retirada dos jesuítas e dos índios convertidos das missões e demandava uma inspeção minuciosa no ponto da linha de demarcação entre as Américas portuguesa e espanhola por duas comissões de demarcação. Para o comissionado português responsável pela demarcação do Sul, a Corte nomeou Gomes Freire de Andrada, futuro da Bobadela, que era o governador do Rio de Janeiro e das capitanias do Sul. Pombal enviou seu irmão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, como comissionado do Norte e da bacia amazônica, acumulando as funções de governador e capitão-geral das capitanias unidas do Grão-Pará e Maranhão.

⁴⁸Ibid., pp. 52.

⁴⁹ “O princípio do *uti possidetis* – “cada parte há de ficar com o que atualmente possui” – foi o critério geral colocado por Gusmão para marcar os limites com base em marcos naturais, como rios e montanhas. Mas o sentido maior de sua atuação nas negociações foi o de nunca ter perdido de vista o todo e o conjunto dos problemas referentes à delimitação das fronteiras, enquanto negociava cada parte. Teve o mérito de perceber que jamais os espanhóis aceitariam partilhar com qualquer outra nação a posse do estuário do Prata, porta para o interior do continente e até para as riquezas minerais do Peru; e que, para os portugueses, o estuário do Amazonas teria um papel análogo e sua soberania não poderia ser dividida com ninguém”, segundo KEATING, V., e MARANHÃO, R., Caminhos da conquista: a formação do espaço brasileiro. São Paulo: Terceiro Nome, 2008. p. 226, citado por Vargas, F. A. (2017). Formação das fronteiras latino-americanas (digital ed.). Brasília: FUNAG, pp. 129. https://funag.gov.br/loja/download/FORMACAO-DE-FRONTIEIRAS_19_06_v_11.pdf

Isto é, na opinião de Kenneth Maxwell (2004), as preocupações de ordem estratégica conduziram a nova administração a direcionar atenção de Lisboa para a América, em especial devido à influência do Tratado de Madrid (1750), o que legitimou a reivindicação portuguesa sobre a bacia amazônica. Essa vasta região, que abrange aproximadamente um terço do território sul-americano, era de longa data alvo do interesse de missionários e exploradores luso-brasileiros, motivados tanto pela conversão de populações indígenas quanto pela busca de riquezas míticas, como o lendário El Dorado. Coube à Coroa portuguesa, sob a influência de Alexandre de Gusmão e, posteriormente, ao governo de Pombal, a implementação de acordos específicos, o que incluiu a desocupação de jesuítas e de seus indígenas das missões localizadas nos territórios em disputa. Paralelamente, foi estabelecido um plano para a realização de uma expedição conjunta, com o objetivo de demarcar os limites entre os domínios coloniais espanhóis e portugueses na América⁵⁰.

1.3.1. A INGLATERRA

Neste sub-capítulo, dedicar-se-á atenção particular ao caso de Inglaterra. Este é um fator decisivo, embora menos investigado, para a compreensão da relação, tanto econômica quanto política, entre Portugal e Inglaterra sob contexto histórico que se estende por vários séculos. Argumenta-se que, neste estudo, o vínculo entrelaçado anglo-luso é a chave para desvendar as complexas interações entre as duas nações. Uma análise do comércio, dos tratados e das alianças militares revela um episódio de quase dependência unilateral de Portugal à Inglaterra que não apenas moldou a história de ambos os países, mas também exerceu um impacto significativo em outras esferas geopolíticas, por exemplo, a *periferia*.

⁵⁰ No original: “Strategic and security problems contributed to the factors focusing the attention of the new administration on America. The treaty of Madrid, signed in January 1750, upheld the Portuguese claim to the Amazon basin. This vast region, almost a third of the land area of South America, had been penetrated and tenuously occupied by Luso-Brazilian missionaries and miners drawn into the interior of the sub-continent by visions of converting the heathen or in the search of El Dorado. The Lisbon government faced the unavoidable task of implementing the agreements which called for the evacuation of the Jesuits and their Indian neophytes from the Uruguayan missions, and envisioned a survey of the line of demarcation between Spanish and Portuguese America by two joint commissions.” Texto original de Maxwell, K. (2004). *Conflicts & Conspiracies: Brazil and Portugal, 1750-1808* (1st ed.). Routledge. pp. 12.

É também pertinente perguntar: qual é a conexão real entre as relações econômicas anglo-luso-brasileiras. Revejo-me em interpretações que sublinham o comércio informal, o contrabando, que permeava a relação econômica entre os dois países e que tinha no Brasil um palco importante.

É provável que haja de voltar aos meados do século XII, onde a evolução de quase dependência de Portugal a Inglaterra começou⁵¹. As relações entre Portugal e Inglaterra começaram com o apoio dos cruzados ingleses para expulsar os mouros do norte de Portugal, logo os muçulmanos entre 1188 e 1189. E em 1214, Portugal ajudou a Inglaterra na Batalha de Bovines. Segundo Lawrence Nielson(1977)⁵², as Cruzadas levaram os ingleses a Portugal enquanto o comércio trouxe os portugueses a Inglaterra. Os portugueses levavam produtos da Mediterrânea e os vendiam em troca dos tecidos e manufaturas da Inglaterra. Em 1353, o tratado de comércio foi assinado entre duas nações. Entretanto, entre 1353 e 1383, as relações entre duas cortes tiveram altos e baixos, apenas após a morte de Fernando I e a ascensão dos Aviz, Portugal voltou a buscar o apoio da Inglaterra para que pudesse defender-se da Castela, e em troca, o tratado de Windsor foi assinado em 9 de maio de 1386 para estabelecer os acordos de paz e de aliança entre duas nações, antecipando benefícios mútuos e estabelecendo a defesa mútua⁵³. As boas relações foram, novamente, quebradas em 1580. Portugal aderiu à Espanha, formando a União Ibérica que durou até 1640. Em 1640, Portugal conseguiu sua independência da Espanha com ajuda de outro países europeus, dos quais a Inglaterra ofereceu a proteção das linhas marítimas de comércio e comunicação a Portugal. Na opinião de Lawrence Nielsen(1977)⁵⁴, era evidente o estado de decadência em que Portugal se encontrava durante as negociações do Tratado de 1642. Fernando Novais⁵⁵ acredita que é principalmente no contexto das tensões que se sucedem à restauração de 1640, durante a longa guerra para preservar a independência recém-recuperada, que a presença inglesa adota a

⁵¹ Nielsen, L. J. (1977). De Londres com amor: a evolução do domínio inglês na economia portuguesa. *Estudos Ibero-Americanos* 3(1):109. DOI: <https://doi.org/10.15448/1980-864X.1977.1.30836>

⁵² *Ibid.*, pp. 109.

⁵³ Novais, F. A. (1989). *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)* (5th ed.). São Paulo: Hucitec. (Original work published 1979). pp. 19 - 20.

⁵⁴ Nielsen, L. J. (1977). De Londres com amor: a evolução do domínio inglês na economia portuguesa. *Estudos Ibero-Americanos* 3(1):109. pp. 112. DOI: <https://doi.org/10.15448/1980-864X.1977.1.30836>

⁵⁵ Novais, F. A. (1989). *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)* (5th ed.). São Paulo: Hucitec. (Original work published 1979). pp. 20.

forma característica que prevalece no século seguinte: a troca de alianças e até mesmo proteção política em troca de vantagens comerciais em expansão.

Se o Tratado de 1642 visava assegurar a entrada dos ingleses no comércio colonial de Portugal e garantir-lhes proteção legal, o Tratado de 1654 buscou expandir os direitos comerciais e recursos legais dos ingleses na colônia portuguesa. Segundo Lawrence Nielsen (1977)⁵⁶, o Tratado de 1654 teve um papel crucial na dependência portuguesa em relação à Inglaterra, assim como o de 1642; esses dois tratados construíram a base para o Tratado de Methuen (1703), o qual complementou os efeitos do Tratado de 1654.

Em maio de 1703, Portugal assinou tratados de aliança militar com a Inglaterra, a Holanda e o Império Austríaco no contexto da Guerra da Sucessão Espanhola. Finalmente, em 16 de maio de 1703, assinava Portugal dois tratados: um de aliança defensiva com a Inglaterra e Holanda, outro de aliança defensiva e ofensiva com as mesmas potências e o império.⁵⁷ Posteriormente, em dezembro do mesmo ano, foi celebrado o Tratado de Methuen, um acordo comercial bilateral entre Portugal e Inglaterra. A adesão de Portugal à aliança anti-franco-espanhola ajudou-o a defender-se da Espanha. Dessa forma, a relação comercial e econômica consolidou-se entre Inglaterra e Portugal, uma vez que os produtos têxteis e manufaturados britânicos dominaram o mercado português, ao passo que Portugal se especializou na exportação de vinho. Entretanto, esse acordo comercial não era o principal motivo pelo qual, na primeira metade do século XVIII, o comércio anglo-português alcançou um estado florescente. Na opinião de Charles Boxer (1991)⁵⁸, os privilégios comerciais então concedidos aos ingleses pelo governo português logo foram estendidos a outras nações, começando pelos holandeses em 1705. É inegável, contudo, que o tratado certamente manteve o caminho aberto

⁵⁶ Nielsen, L. J. (1977). De Londres com amor: a evolução do domínio inglês na economia portuguesa. *Estudos Ibero-Americanos* 3(1):109. pp. 119. DOI: <https://doi.org/10.15448/1980-864X.1977.1.30836>

⁵⁷ Pinto, V. N. (1979). O ouro brasileiro e o comércio anglo-português: Uma contribuição aos estudos da economia atlântica no século XVIII. São Paulo: Ed. Nacional; INL. pp. 29.

⁵⁸ Boxer, C. R. (1991). *The Portuguese seaborne empire, 1415–1825* (digital ed.). Carcanet in association with the Calouste Gulbenkian Foundation. Texto original: “The flourishing state of Anglo-Portuguese trade in the first half of the eighteenth century was not primarily due to the famous Methuen Treaty concluded in December 1703, since the commercial privileges then granted to the English by the Portuguese government were soon extended to other nations, beginning with the Dutch in 1705”.

https://archive.org/details/portugueseeseabor0000boxe_z4q1/page/n5/mode/2up

para o aumento espetacular da importação de tecidos ingleses e outras exportações para Portugal.⁵⁹

O impacto comercial da Inglaterra se ampliou cada vez mais em Portugal e, indiretamente, no Brasil colonial, resultando em uma crescente dependência econômica de Portugal em relação à Inglaterra. Nesse contexto, é interessante ressaltar os Atos de Navegação de 1654⁶⁰, que fortaleceram o controle britânico sobre o comércio marítimo. Foi através desses atos que a Inglaterra pôde minar a economia portuguesa.⁶¹

Na análise de Kenneth Maxwell (2004)⁶², o comércio anglo-português era um grande mecanismo que liga o sistema colonial a uma economia mundial em desenvolvimento. Contudo, Chapman (1907) e Macedo (1963) [citado em Maxwell, 2004] abordaram que a quantia importada por Portugal de tecidos e manufaturas britânicas superava o valor dos vinhos exportados⁶³. Isso resultou em um desequilíbrio comercial persistente para Portugal e levou o país a um déficit crônico comercial. Ao cobrir esse déficit, diversos historiadores compartilharam a mesma ideia [citado em Maxwell, 2004] que Portugal utilizava o ouro e diamante extraído do Brasil. De fato, desde o início da década de 1730, o grande influxo de ouro e diamantes do Brasil havia exacerbado o desequilíbrio no comércio anglo-português⁶⁴. Completa Fielding (1907, citado em Maxwell, 2004) que os déficits poderiam ser compensados e a compra de bens estrangeiros facilitada pela saída de metais preciosos.⁶⁵

⁵⁹ Ibid., pp. 167-168. Texto original: “this treaty certainly kept the way open for the spectacular increase in the importation of English cloth and other exports into Portugal”.

⁶⁰ Decretados a partir de 1651.

⁶¹ “Acreditava Carvalho e Melo que o tratado cromwelliano de 1654 estabeleceria em Portugal, recém-independente, um sistema de controle que o tornara mais escravizado aos interesses britânicos do que jamais o fora aos da Espanha.” Texto original de Maxwell, K. (2001). *A devassa da devassa: A Inconfidência Mineira, Brasil-Portugal, 1750-1808* (J. Maia. Trans.; 5th ed.). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 22 (Estudos Brasileiros).

⁶² Maxwell, K. (2004). *Conflicts & Conspiracies: Brazil and Portugal, 1750-1808* (1st ed.). Routledge. pp. 6. No original: “A major mechanism linking the colonial system to a developing world economy was Anglo-Portuguese commerce.”

⁶³ Ibid.. No original: “During the first half of the eighteenth century the trade was greatly in Britain’s favor and the profits for individuals high. 3 Woolen cloth made up two-thirds of the total British export, and from 1756–60 Port wine composed in value 72 per cent of the total wine consumption in England.”

⁶⁴ Ibid.. No original: “Since the early 1730s the great influx of gold and diamonds from Brazil had exaggerated the imbalance of Anglo-Portuguese exchange.”

⁶⁵ Ibid.. No original: “Deficits could be made up and the purchase of foreign goods facilitated by the outflow of bullion....”

Charles Boxer (1991) ressalta que não se trata de um caso isolado, também assinalou que em Portugal, a exploração dos recursos minerais do Brasil e o grande renascimento do comércio português com essa colônia permitiram que a mãe-pátria liquidasse em ouro sua balança comercial desfavorável com o resto da Europa. O ouro e os diamantes brasileiros também enriqueceram muito a Coroa, a Igreja e a Corte, e deram ao Rei João V os meios para evitar convocar as Cortes para lhes pedir subsídio durante todo o seu longo reinado, de 1706 a 1750. Esse monarca teria dito a esse respeito: “Meu avô temia e devia; meu pai devia; eu não temo nem devo”.⁶⁶

Como Figueiredo (2011, citando Pinto, 1979) analisou também,

“... durante todo o século XVIII, grande parte do ouro extraído no Brasil fez apenas uma escala em Portugal (ou às vezes nem isso) e acabou em Londres, onde fazia tilintar as caixas registradoras dos comerciantes e industriais. Em 1738, por exemplo, calcula-se que a Inglaterra tenha ficado com quase 60% de todo o ouro produzido no Brasil naquele ano, ou seja, 8 toneladas.”⁶⁷

Baseado nesta circunstância, Maxwell acredita que os ingleses haviam alcançado a posse sem domínio. Era uma relação que lhes permitia absorver as vastas riquezas que surgiram após a descoberta de ouro e diamantes no Brasil, e Carvalho e Melo sustentava que o colossal capital produzido pelas minas passava quase integralmente para a Grã-Bretanha.⁶⁸

⁶⁶ Boxer, C. R. (1991). *The Portuguese seaborne empire, 1415–1825* (digital ed.). Carcanet in association with the Calouste Gulbenkian Foundation. pp. 158. Texto original: “In Portugal itself, the exploitation of Brazil’s mineral resources and the great revival of Portuguese trade with that colony enabled the mother country to settle its unfavourable balance of trade with the rest of Europe in gold. Brazilian gold and diamonds also greatly enriched the Crown, the Church and the Court, and gave King John V the wherewithal to avoid calling the Cortes and asking them for money during the whole of his long reign, 1706-50. This monarch is reported to have said in this connection: ‘My grandfather feared and owed; my father owed; I neither fear nor owe.’” https://archive.org/details/portugueseeseabor0000boxe_z4q1/page/n5/mode/2up

⁶⁷ Figueiredo, L. (2011). *Boa Ventura! A corrida do ouro no Brasil (1697-1810)* (3rd ed.). Rio de Janeiro: Record. pp. 252.

⁶⁸ Maxwell, K. (2004). *Conflicts & Conspiracies: Brazil and Portugal, 1750-1808* (1st ed.). Routledge. pp.4. No original: “The English had achieved possession without dominion. It was a relationship which enabled them to absorb the vast riches which had come after the discovery of gold and diamonds in Brazil, and Carvalho e Melo held that the colossal capital the mines produced almost wholly passed to Britain.”

Os britânicos não apenas obtinham ouro de forma legítima, mas também se beneficiavam do contrabando. Uma grande parte dos produtos manufaturados britânicos exportados para o Brasil por meio de Portugal era contrabandeada diretamente para as colônias espanholas. Este tráfico era altamente rentável para os britânicos, já que a prata extraída das colônias espanholas era crucial para o comércio inglês na Ásia. Grande parte do ouro extraído escapava da fiscalização oficial. Os mineradores na zona de Minas Gerais não eram os únicos responsáveis pelo contrabando de ouro, mas também grandes proprietários de terras, funcionários governamentais, clérigos e comerciantes. Os clérigos, especificamente, possuíam privilégios, uma vez que estavam livres de revistas nos pontos de controle. O ouro contrabandeado era levado para Buenos Aires ou para províncias espanholas próximas, onde era convertido por prata a uma taxa favorável. Essa prata era, portanto, utilizada para comprar manufaturas contrabandeadas nos portos brasileiros por comissários ou por oficiais e marinheiros das frotas.⁶⁹

Diante do exposto, o contrabando descrito por Kenneth Maxwell (2004) ajuda a entender por que o Tratado de Madrid foi tão importante para Portugal. O tratado buscou resolver disputas territoriais com a Espanha, mas também teve implicações econômicas, já que o controle sobre as fronteiras facilitaria a fiscalização e reduziria o contrabando. Porém, o contrabando cujas redes ilegais já estavam bem estabelecidas, era uma prática fortemente arraigada e envolvia elites locais de Minas Gerais, o que tornava a erradicação uma missão difícil.

As elites locais, que incluíam clérigos e comerciantes, obtinham lucros com o contrabando, principalmente por conta do elevado custo dos produtos adquiridos, contribuindo para a criação de um sistema alternativo de poder e riqueza que estava além do controle da Coroa portuguesa. Como bem explica Fernando Novais,

“É de todo óbvio que o contrabando envolvia sempre sérios riscos: prisão, confisco das mercadorias e navios, etc. Ora, o que não podia não obstante mover os mercadores a correr tais riscos e se empenharem no comércio ilegal - senão a perspectiva dos superlucros coloniais? o contrabando, portanto, também pressupõe o mecanismo básico em vez de negá-lo. É certo que o contrabandista devia, para encontrar campo para suas atividades, oferecer preços um tanto melhores pelos produtos coloniais, bem como oferecer produtos europeus a

⁶⁹ Maxwell, K. (2004). *Conflicts & Conspiracies: Brazil and Portugal, 1750-1808* (1st ed.). Routledge. pp. 8

preços mais baixos do que os cercadores metropolitanos. Mas nunca num nível que significasse uma perfeita concorrência comercial, pois do contrário, o que os compensaria dos altos riscos?”⁷⁰

É importante lembrar que o contrabando não era um fenômeno novo do século XVIII, mas sim um problema já vinha do século anterior. No entanto, as fontes e os autores consultados deixam-nos a impressão que a intensidade tinha aumentado, e que a Coroa e as elites envolvidas haviam se entrincheirado mais nas suas posições.

⁷⁰ Novais, F. A. (1989). Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808) (5th ed.). São Paulo: Hucitec. (Original work published 1979). pp. 90.

Capítulo 2

2.1. DESENVOLVIMENTOS PARALELOS DO COLONIALISMO PORTUGUÊS

“A criação do Erário Régio, em 22 de dezembro de 1761 pode ser tomada como o início do conjunto de mudanças de natureza fiscal instituídas ao longo do período pombalino. Um dos resultados mais evocados dessas reformas é sua eficácia, em contraste com a suposta ineficiência do sistema anteriormente em vigor, decorrente, segundo o preâmbulo do alvará que criou o Erário Régio, da ‘divisão e dilaceração das suas rendas separadas em muitos e muito diferentes ramos e em muitas e muito diversas repartições’, os “frequentes abusos que um grande número de almoxarifes, tesoureiros e mais recebedores públicos”, que dava azo “aos descaminhos dos muitos milhões com que tantos deles têm quebrado com tão graves danos do meu Real Erário e do bem comum dos meus vassalos”⁷¹, argumenta Carrara (2016). Assim, do ponto de vista de Carrara, o período em que o Marquês de Pombal comandou o governo representaria uma fase de mudança em direção a uma maior eficácia do sistema estatal encarregado da tributação.

Pombal modernizou o sistema de arrecadação de impostos, combatendo a sonegação e aumentando a fiscalização. Ele também criou novos impostos para financiar as reformas e a reconstrução de Lisboa após o terremoto de 1755. Segundo Cruz (2014),

“A subordinação financeira (com consequências administrativas e políticas) que se impôs à generalidade das repartições e tribunais pode e provavelmente deve ser vista como um dos mais importantes pilares da governação pombalina.”⁷²

⁷¹ Carrara, A. A. (2016). O reformismo fiscal pombalino no Brasil. *Historia Caribe*, 11(29). pp. 83 - 111. DOI: <https://doi.org/10.15648/hc.29.2016.5>

⁷² Cruz, M. D da. (2014). Pombal e o Império Atlântico: impactos políticos da criação do Erário Régio. *Revista Tempo*, v20. pp. 23. DOI: <https://doi.org/10.1590/TEM-1980-542X-2014203621eng>

A década de 1760, do ponto de vista de Maxwell (1997), “marcou um período de consolidação e amplificação das reformas iniciadas durante a década anterior”.⁷³ Pombal criou companhias comerciais monopolistas, como a Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão (1755) e a Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba (1759), para controlar o comércio colonial e aumentar a arrecadação de impostos. A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, em especial, contribuiu para o crescimento econômico da região, aumentando a produção e o comércio de produtos locais, a fim de “conter e limitar o papel da participação e do crédito estrangeiros no comércio atlântico”.⁷⁴

No século XVIII, as regiões do Grão-Pará e Maranhão enfrentavam dificuldades econômicas, especialmente em comparação com outras áreas do Brasil, como Minas Gerais (ouro) e o Nordeste (açúcar). A produção local, baseada principalmente em cacau, tabaco e algodão, não conseguia competir com as colônias estrangeiras, como as Antilhas. “As condições climáticas das Antilhas permitiam a produção de um certo número de artigos - como o algodão, o anil, o café e principalmente o fumo - com promissoras perspectivas nos mercados da Europa”, como explicou Celso Furtado⁷⁵. Como notou também Celso Furtado, “a produção desses artigos era compatível com o regime da pequena propriedade agrícola, e permitia que as companhias colonizadoras realizassem lucros substanciais ao mesmo tempo que os governos das potências expansionistas - França e Inglaterra - viam crescer as suas milícias”.

Acontecia que essas produções agrícolas necessitavam de uma vasta mão-de-obra, que só podia ser suprida com a importação de escravos da África. O problema é que o Maranhão tinha de competir por essa mesma mão-de-obra escrava com outras regiões que tinham conhecido um desenvolvimento econômico impressionante, quer no Brasil, quer nas Antilhas.⁷⁶

Desde o século XVI, o açúcar já era um produto de grande valor na Europa, dominado inicialmente pelos portugueses no Brasil. No entanto, com o crescimento da

⁷³ Maxwell, K. (1996). Marquês de Pombal: paradoxo do iluminismo (A de. P. Danesi, Trans.; 2nd ed.). Rio de Janeiro: Paz e Terra. pp. 95 - 96.

⁷⁴ Ibid., pp. 61.

⁷⁵ Furtado, C. (2000). Formação econômica do Brasil (27th ed.). São Paulo: Companhia Editora Nacional; Publifolha. (Original work published 1959). pp,19 - 20.

⁷⁶ Furtado, C. (2000). Formação econômica do Brasil (27th ed.). São Paulo: Companhia Editora Nacional; Publifolha. (Original work published 1959). pp, 21.

demanda europeia, as potências, como França, Inglaterra e Holanda, que controlavam as Antilhas perceberam que a produção de açúcar poderia gerar lucros muito maiores do que outros negócios. Os holandeses, em especial, quando foram expulsos do Nordeste brasileiro em 1654, levaram consigo conhecimento avançado, estabeleceram engenhos, e logo desenvolveram novas técnicas sobre o plantio da cana e a fabricação de açúcar nas Antilhas. Quando chegaram ao Caribe, ajudaram a construir engenhos mais eficientes com equipamentos novos, acelerando a transição da economia antilhana para a produção açucareira.⁷⁷ Tudo isto desvia escravos do Brasil para outras regiões.

A crise que afligia os produtos do Brasil no mercado internacional, inevitavelmente, afetava toda a economia interna colonial devido à concorrência com outras potências. Por um lado, o problema de escravos atingiu a economia açucareira do Brasil. Como analisou Virgílio Noya Pinto (1979) que a expansão do açúcar nas Antilhas acentuou o comércio de escravos ao longo das costas africanas, aumentando a rivalidade e a competição entre holandeses, britânicos, franceses e lusos. Por outro, esta busca por fontes de mão de obra escrava resultou em um aumento de preços no mercado negreiro, tornando-o um dos setores comerciais mais lucrativos daquele período.⁷⁸

Contra o desenvolvimento do Maranhão estava ainda a má qualidade dos solos, que “não apresentavam a mesma fecundidade que os massapês nordestinos para a produção de açúcar”. Desta forma, os colonos do Maranhão precisavam procurar outra via que “lhes permitisse iniciar um processo de capitalização e desenvolvimento.

Para sobreviver, a “caça aos índios” tornou-se uma saída encontrada pelos colonos na região. Os colonos dependiam da mão-de-obra nativa para atividades como a coleta de “drogas do sertão” (produtos da floresta, como baunilha, guaraná e cacau etc.) e a agricultura. Porém, na mesma altura, os jesuítas que atuavam na região eram grandes defensores dos

⁷⁷ Pinto, V. N. (1979). O ouro brasileiro e o comércio anglo-português: Uma contribuição aos estudos da economia atlântica no século XVIII. São Paulo: Ed. Nacional; INL. pp. 22. “É provável, entretanto, que as transformações da economia antilhana tivessem ocorrido muito mais lentamente, não fora a ação de um poderoso fator exógeno em fins da primeira metade do século XVII. Esse fator foi a expulsão definitiva dos holandeses do Nordeste brasileiro. Senhores da técnica de produção e muito provavelmente aparelhados para a fabricação de equipamentos para a indústria açucareira, os holandeses se empenharam firmemente em criar fora do Brasil um importante núcleo produtor de açúcar. É tão favorável a situação que encontram nas Antilhas francesas e inglesas que preferem colaborar com os colonos dessas regiões a ocupar novas terras e instalar por conta própria a indústria.”

⁷⁸ Ibid., pp. 43.

direitos dos indígenas e se opunham à escravidão.⁷⁹ Eles organizavam os indígenas em missões/reduções, onde eram catequizados e protegidos da exploração dos colonos. Os colonos viam os jesuítas como obstáculos ao seu enriquecimento. Isso gerava conflitos constantes entre os jesuítas e os colonos.

Por um lado, os jesuítas, além de críticas, pressionavam contra a escravização dos indígenas; por outro, o negócio do tráfico negroiro, que gerava tributos, tornou-se mais interessante e vantajoso para a Corte. O Marquês de Pombal resolveu o problema, abolindo a escravatura indígena, como parte de conjunturas de reformas que visavam modernizar a administração colonial e fortalecer o controle da Coroa portuguesa sobre as colônias.

Os constantes atritos com os jesuítas (descontentes com o Tratado de Madrid e descontentes com a mudança na condição dos indígenas) criaram as condições para sua expulsão. Aproveitando o suposto envolvimento da ordem no regicídio de D. José I, Pombal eliminou a ordem. O Absolutismo Ilustrado que ganhava influencia crescente forneceu, em parte, a base doutrinária para a medida que tinha uma dimensão radical. A catequização dos Índios era razão de ser da ordem no Brasil e a origem da sua legitimidade – um objetivo nobre e difícil de contornar. A solução passou pela conversão dos índios em vassallos, o que tornava a ordem dispensável, eliminando-se as bases da sua existência e poder.⁸⁰

Com a abolição da escravatura indígena, os colonos do Maranhão passaram a recorrer massivamente à mão-de-obra dos escravos africanos, um movimento incentivado pela Coroa portuguesa. Para substituir a mão-de-obra indígena, a Metrópole facilitou a importação de africanos escravizados por meio de políticas como aquelas implementadas pela Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão na região. Como resultado, a produção e o comércio de produtos como cacau, tabaco, algodão e arroz, aumentou.

2.2. DINÂMICAS POLÍTICAS NO SERTÃO

⁷⁹ Pinto, V. N. (1979). O ouro brasileiro e o comércio anglo-português: Uma contribuição aos estudos da economia atlântica no século XVIII. São Paulo: Ed. Nacional; INL. pp. 67 - 71.

⁸⁰ Maxwell, K. (1996). Marquês de Pombal: paradoxo do iluminismo (A de. P. Danesi, Trans.; 2rd ed.). Rio de Janeiro: Paz e Terra. pp. 58 -59.

Com o descobrimento do ouro, por outro lado, a situação agravou-se ainda mais. A mineração em Minas Gerais gerou uma demanda enorme por escravizados africanos, já que a mão-de-obra escravizada era essencial para a extração de ouro. Essa alta demanda pressionou os preços para cima.⁸¹

Logo após a crise da produção açucareira, no final do século XVII, no Nordeste brasileiro, a Coroa portuguesa incentivou a formação de expedições para o interior do Brasil em busca da exploração de metais preciosos.

A descoberta de ouro em Minas Gerais no final do século XVII e início do século XVIII atraiu milhares de pessoas de diferentes partes do Brasil e de Portugal, ao ponto de produzir uma guerra entre os descobridores do ouro, os paulistas, e os forasteiros. Após a derrota dos paulistas, os emboabas (isto é, os forasteiros) passaram a controlar. A perspectiva de enriquecimento rápido fez com que muitos homens abandonassem outras atividades econômicas, incluindo a produção de açúcar, para se dedicarem à mineração. Muitos senhores de engenho do Nordeste, na opinião de João Azevedo (1928), enfrentando a crise do açúcar, migraram para Minas Gerais em busca de novas oportunidades. Eles levaram consigo escravizados, recursos financeiros e experiência administrativa, que foram usados para explorar as minas de ouro.⁸² Nas palavras de Celso Furtado (2000),

“O estado de prostração e pobreza em que se encontravam a Metrópole e a colônia explica a extraordinária rapidez com que se desenvolveu a economia do ouro nos primeiros decênios do século XVIII. De Piratininga a população emigrou em massa, do Nordeste se deslocaram grandes recursos, principalmente sob a forma de mão-de-obra escrava, e em Portugal se formou pela primeira vez uma grande corrente migratória espontânea com destino ao Brasil.”⁸³

A guerra despertou o interesse da Coroa portuguesa em intervir na extração de metais preciosos no Brasil. A Capitania das Minas de Ouro foi estabelecida para gerenciar e

⁸¹ Maxwell, K. (1996). *Marquês de Pombal: paradoxo do iluminismo* (A de. P. Danesi, Trans.; 2nd ed.). Rio de Janeiro: Paz e Terra. pp. 44.

⁸² Azevedo, J. L. de. (1928). *Épocas de Portugal econômico* (digital 3rd ed.). Lisboa: Livraria Clássica Editora. pp. 331 - 333.

⁸³ Furtado, C. (2000). *Formação econômica do Brasil* (27th ed.). São Paulo: Companhia Editora Nacional; Publifolha. (Original work published 1959). pp. 77.

supervisionar melhor essa exploração. Ademais, a Coroa, que enfrentava dificuldades financeiras, iniciou a cobrança de tributos como o quinto, isto é, 20% do que era extraído eram retidos pela fazenda real. Lembra-se, que este tributo não foi criado com o ouro do Brasil – desde a Idade Média que se legislava assegurando ao rei o quinto de todos os metais preciosos extraídos do solo. Foi, contudo, no século XVIII que este imposto se tornou se tornou mais mediático. Aplica-se igualmente a situação para as Casas de Fundição onde recolhiam o ouro extraído pelos mineiros, purificavam-no e o transformavam em barras, nas quais era aposto um cunho que a identificava como "ouro quintado".

As formas de implementar o imposto é que nunca foram consensuais. Por exemplo, em 10 de novembro de 1710 António de Albuquerque, novo governador da Capitania de São Paulo e Minas de Ouro, reuniu com os principais paulistas no Ribeirão do Carmo, para discutir a melhor maneira de cobrar os quintos e outros tributos na capitania. A ideia passava também por estabelecer o sistema municipal nas Minas, inaugurando as primeiras vilas. A reunião foi logo adiada para 1 de dezembro do mesmo ano em Ouro Preto, onde decidiu que o imposto cobrado sobre cada bateia usada na extração de ouro deveria variar entre oito e dez oitavas por ano.⁸⁴ Entretanto, tal sistema estabelecido por Albuquerque não funcionou satisfatoriamente, pois isso equivalia a um imposto de capitação sobre os escravos empregados nas minas, o que significava que os mineiros que encontravam pouco ou nenhum ouro em suas lavagens pagavam tanto quanto aqueles que ficavam ricos.

Seu sucessor, Brás Baltasar da Silveira, em 1713, apresentou aos representantes dos concelhos locais, e firmou com eles um acordo de que pagariam à Coroa, anualmente, um imposto de trinta arrobas (aproximadamente, 440 quilos) em comutação do quinto. Para arrecadar o montante, eles tributaram não apenas os escravos dos mineiros, mas organizaram o sistema de registros, por meio do qual eram cobradas taxas de trânsito sobre escravos, mercadorias e gado que entravam em Minas Gerais. Porém, a Corte não aceitou essa proposta de Brás Baltasar e obrigou-o a voltar ao sistema tributário original de bateias. Novo governador, Dom Pedro de Almeida, Conde de Assumar, sucedeu Dom Braz no final de 1717, tendo recebido instruções da Corte para assegurar, de alguma maneira, um crescimento na produção de ouro. Negociou com as Câmaras a diminuição da atribuição de ouro em até 25

⁸⁴ Boxer, C. R. (1962). *The Golden Age of Brazil, 1659-1750: Growing pains of a colonial society* (digital ed.). University of California Press. pp. 82.
https://archive.org/details/bub_gb_IRRR7gaMZxMC/page/n9/mode/2up

arrobas.⁸⁵ Entre 1714 e 1725, na análise de João Azevedo (1928)⁸⁶, a prática de adquirir metal para a produção de moedas, subtraindo o quinto do preço, adotada em 1703, não trouxe os benefícios esperados. Isso ocorreu com base na meta anual de 100 arrobas indicada pela corte, que deveria gerar 20% dos impostos. Entretanto, o total arrecado em 13 anos não ultrapassou 14 arrobas; optou-se por outro método de quantidade fixa, ou seja, uma avença anual.

Mais uma vez, o sistema, segundo João Azevedo (1928)⁸⁷, “não satisfazia a nenhuma das partes: nem aos mineiros, cujo descontentamento por duas vezes, em 1719 e 1720, se pronunciou em motins”. Os colonos angustiados pelo fisco, ao tentar construir a casa do quinto por parte dos governadores, causaram graves distúrbios em diversos locais, como evenciado na Revolta de Vila Rica em 1720, e “nem à coroa, que se cria lesada, não correspondendo a soma da avença à produção muito em aumento”. Claramente, em vista do aumento da população e da produção de ouro, os quintos deveriam ser aumentados.

Após a revolta, a Capitania de São Paulo e Minas de Ouro foi dividida em duas partes. Dom Lourenço de Almeida substituiu Assumar e tornou-se governador de Minas Gerais. Em fevereiro de 1725, a Casa de Moeda e Casa de Fundição foram estabelecidas em Vila Rica por seus próprios gastos, e outras duas Casa de Fundição foram estabelecidas em Sabará e em São João d’El Rei em julho de 1734. O *quinto*, a partir daí, era coletado nessas casas de fundição, sendo fundido em barras após o pagamento de um adicional de cinco por cento para senhoriagem e lataria. A Casa da Moeda em Vila Rica também aceitava ouro para ser fundido em moedas após o pagamento dessas taxas. Dom Lourenço baixou o pagamento do quinto de vinte por cento para doze em 1730, o que resultou em um grande aumento na quantidade de ouro entregue, porém, essa experiência foi de curta duração, uma vez que o limite máximo foi estabelecido em setembro de 1732, por ordem da Coroa.⁸⁸ Haveria uma discrepância nos valores apurados. Segundo a análise de João Azevedo (1928),

⁸⁵ Boxer, C. R. (1962). *The Golden Age of Brazil, 1659-1750: Growing pains of a colonial society* (digital ed.). University of California Press. pp. 190 - 193.

https://archive.org/details/bub_gb_IRRR7gaMZxMC/page/n9/mode/2up

⁸⁶ Azevedo, J. L. de. (1928). *Épocas de Portugal econômico* (digital 3rd ed.). Lisboa: Livraria Clássica Editora. pp. 355 - 356.

⁸⁷ *Ibid.*, pp. 355 - 356.

⁸⁸ Boxer, C. R. (1962). *The Golden Age of Brazil, 1659-1750: Growing pains of a colonial society*. University of California Press (digital ed.). pp. 195 - 197.

https://archive.org/details/bub_gb_IRRR7gaMZxMC/page/n9/mode/2up

“Por vantajoso que pareça o sistema para o Estado, o quinto exacto importaria em muito mais que as somas pagas. Por várias maneiras era o fisco prejudicado: em parcelas que conseguiam alcançar por contrabando os portos marítimos e os navios; em grosseiras obras de ourives, para desfazer, que escapavam à lei, tomando-se afinal a resolução de proibir a presença dos profissionais no distrito; nas barras fabricadas por particulares em fundições clandestinas, e que também clandestinamente, sem a marca legal, andavam de mão em mão.

As mesmas cautelas do regulamento, para assegurar o quinto, se tornavam incentivo ao contrabando, porquanto, correndo o ouro a 1\$200 réis na comarca da origem, e fora dela a 1\$500, seu valor real de mercadoria, a tentação era por demais forte, para não ser muitas vezes obedecida. As estâncias oficiais reconheciam os defeitos do sistema ”⁸⁹

Figura 4



Prédio da Casa de Fundação de Vila Rica de Ouro Preto

⁸⁹ Azevedo, J. L. de. (1928). *Épocas de Portugal econômico* (digital 3rd ed.). Lisboa: Livraria Clássica Editora. pp. 356 - 357.

Fonte: imagem está disponível no site <https://collectprime.com/blog/casas-de-fundicao-do-brasil/> , obtida em 1 de março de 2025.

Uma nova taxaço proposta por Alexandre de Gusmão, paulista e importante ministro em Lisboa, foi adotada pelo D. João V⁹⁰. Um dos propósitos passava por combater as fraudes. Ao invés de elevar a contribuição anual do *quinto*, a corte decidiu impor uma cobrança de *per capita* a partir de 1735, depois de Gomes Freire de Andrada receber o encargo de administrar Minas Gerais. Ou seja, o sistema de capitação foi implementado. O clássico Lúcio de Azevedo (1928)⁹¹ explicou que o imposto era cobrado por pessoa, independentemente de ser ou não mineiro, livre ou escravo, com a exceção dos menores de catorze anos e dos negros empregados no serviço pessoal de funcionários e clérigos. As lojas, estabelecimentos comerciais e vendedores ambulantes, também pagavam 8 a 24 oitavas, dependendo da relevância do negócio. Quer isso dizer, o ouro bruto tem a liberdade de circular, ser utilizado em obras ou ser enviado ao reino, de acordo com a vontade de quem o detém. De cobrança direta dos produtores a avenço, de avenço a *per capita*, Azevedo (1928)⁹² acredita que, para os colonos, o sistema de capitação era o mais opressivo dentre os três sistemas já tinham sido impostos enquanto a avenço anual era considerada o que facilitava mais a arrecadação e menos vexante. Mais recentemente, Joaquim Romero Magalhães⁹³ reforçou esta ideia, porém, assinalou que os queixosos eram sobretudo gente da governança, secundarizados com a adoção da capitação.

A capitação de 1735 gerou grande insatisfação entre os colonos e foi alvo de várias críticas. O imposto seria cobrado de forma igualitária, sem considerar a capacidade financeira de cada pessoa. Isso prejudicava especialmente os mais pobres, que tinham dificuldade em arcar com o valor fixo. Os pobres ficaram ainda mais pobres. E como os senhores eram

⁹⁰ Magalhães, J. R. (2009). A cobrança do ouro do rei nas Minas Gerais: o fim da capitação - 1741-1750. *Tempo*, 14(27), 118-13. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-77042009000200009>

⁹¹ Azevedo, J. L. de. (1928). *Épocas de Portugal econômico* (digital 3rd ed.). Lisboa: Livraria Clássica Editora. pp. 357.

⁹² Azevedo, J. L. de. (1928). *Épocas de Portugal econômico* (digital 3rd ed.). Lisboa: Livraria Clássica Editora. pp. 358 - 359.

⁹³ Magalhães, J. R. (2009). A cobrança do ouro do rei nas Minas Gerais: o fim da capitação - 1741-1750. *Tempo*, 14(27), 118-13. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-77042009000200009>

responsáveis pelo pagamento do imposto sobre seus escravos, muitos intensificavam a exploração do trabalho escravo para cobrir os gastos. Pessoas que trabalhavam como agricultores e comerciantes, também eram tributadas, o que gerava descontentamento. Para conseguir pagar os impostos a tempo, muitos colonos foram forçados a vender seus bens preciosos, como pratos e joias de suas esposas e filhas, ou pedir emprestado ouro extra para cumprir suas tarefas.⁹⁴ Romero de Magalhães (2009) apontou que a desigualdade era sempre percebida, pois, o tributo para todos era o mesmo, o que importava não era o ofício ou ocupação, era a cabeça.⁹⁵ Quer isso dizer, não importava tanto a classe. Somente em 1750, a Coroa anulou tal sistema de taxação e voltou a reabrir as Casas de Fundição na antiga região, onde haviam sido extintas em 1735. Segundo João Azevedo (1928)⁹⁶, a morte de D. João v, em Agosto de 1750, levou o novo governo, inclinado às reformas, a decidir mudar o sistema; e por decreto de 3 de Dezembro desse ano, foi retomado o pagamento do imposto sobre as quantidades produzidas, encerrando a cobrança de capitação; e para esse fim, construíram-se casas de fundição nas quatro comarcas da capitania (Serro Frio, Vila Rica, Rio das Mortes e Sabará).

Figura 5

⁹⁴ Boxer, C. R. (1962). *The Golden Age of Brazil, 1659-1750: Growing pains of a colonial society*. University of California Press (digital ed.). pp. 199 - 200. No original: “To pay their capitation tax on time, most people were forced to borrow still more gold, or else to sell their own plate or their wives’ and daughters’ jewels. Slaves were bought on long-term credit, and miners who could not pay their capitation tax often had their slaves seized by the Crown officials before they had paid for them in whole or in part”.

https://archive.org/details/bub_gb_IRRR7gaMZxMC/page/n9/mode/2up

⁹⁵ Magalhães, J. R. (2009). A cobrança do ouro do rei nas Minas Gerais: o fim da capitação - 1741-1750. *Tempo*, 14(27), 118-13. pp. 126. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-77042009000200009>

⁹⁶ Azevedo, J. L de. (1928). *Épocas de Portugal econômico* (digital 3rd ed.). Lisboa: Livraria Clássica Editora. pp. 358.

Mapa do rendimento nas Reais Casas de Fundição
 deão das quatro Comarcas de Minas Gerais no 5º trimestre
 de 1767, Julho, Agosto, e Setembro de Anno de 1767

Comarcas	Quintos						Subsidio
	1º	2º	3º	4º	5º	6º	
Vila Rica	15	2	0	2	0	0	3 855 3200
Salvador	6	57	2	0	22	1	1 250 3768
Rio das Mortes	6	51	7	2	0	0	3 861 8270
Serra Rica	0	20	3	3	63	3	1 568 082
total	27	11	7	2	18	2	7 803 370
Minas Novas		7	2	0	7	1	~

Em q^{ta} se mostra o rendimento de ouro no 5º trimestre de 1767, a saber de Julho, Agosto, e Setembro, em Minas, Rio das Mortes, e Vila Rica, que foram os rendimentos de ouro no 5º trimestre de 1767, e no 1º, 2º, 3º, 4º, e 5º trimestres de 1767, de Minas, Rio das Mortes, e Vila Rica.

Rendimento do ouro nas Reais Casas de Fundição em Minas Gerais entre julho e setembro de 1767

Fonte: imagem está disponível no site

https://mapa.arquivonacional.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=146&catid=57, obtida em 10 de Julho de 2025.

Essa contribuição anual de cem arrobas, apontou Kenneth Maxwell (1996)⁹⁷, funcionava como uma garantia das assembleias municipais da capitania. Sua tarefa era cobrar impostos individuais atrasados (derrama⁹⁸) de forma coercitiva caso a cota do ouro não fosse atingida; além disso, as casas de fundição deviam trabalhar junto aos administradores das “entradas”, a fim de controlar o contrabando e incentivar os colonos a cooperarem com a autoridade. Essas mudanças refletiam a dificuldade da Coroa em manter um sistema eficiente de arrecadação da produção de ouro, do contrabando e da resistência dos colonos.

Nos primeiros onze anos após a implementação do “novo”⁹⁹ sistema de tributação, a arrecadação de ouro demonstrou um desempenho eficaz, alcançando uma média anual de 104 arrobas, analisou Lúcio Azevedo (1928)¹⁰⁰. Esse padrão de arrecadação manteve-se consistente ao longo desse período, até o ano de 1763, refletindo a eficácia inicial do modelo tributário adotado. Uma vez que a sua execução era normalmente realizada por homens da elite mineira, muitas vezes o modo da arrecadação se sujeitava às práticas locais, sofrendo influências de redes de parentesco e de clientela.¹⁰¹ O ano de 1763 foi um ponto de virada: a produção das minas brasileiras começou a declinar¹⁰², devido ao esgotamento das jazidas e à falta de investimento em tecnologia. As regiões que dependiam da mineração, como Minas

⁹⁷ Maxwell, K. (1996). Marquês de Pombal: paradoxo do iluminismo (A de. P. Danesi, Trans.; 2nd ed.). Rio de Janeiro: Paz e Terra. pp. 55 - 56.

⁹⁸ Lançada pelo Visconde de Barbacena. “...prenunciativa de violência (os Dragões - oficiais do Governo lusitânico - poderiam residências invadir, saquear, prender e torturar os que se opusessem)”. Texto original de Oliveira, S. B. de. Antecedentes e consequências da Conjuração Mineira. (1992). Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais. Cuiabá. 1(50). pp. 79. <https://revistaihgmt.com.br/index.php/revistaihgmt/issue/view/34>

⁹⁹ As aspas foram utilizadas por mim porque o sistema de cem arrobas não foi inventado em 1750, mas foi ressuscitado do período anterior.

¹⁰⁰ Azevedo, J. L de. (1928). Épocas de Portugal econômico (digital 3rd ed.). Lisboa: Livraria Clássica Editora. pp. 359.

¹⁰¹ Faria, S. C. (2015). A "matéria dos quintos" e os "homens do ouro": a dinâmica da arrecadação dos quintos reais na Capitania de Minas Gerais e as atribuições, atuação, perfil e relações dos cobradores dos quintos (c. 1700 - c. 1780). Tese de doutoramento. Rio de Janeiro: PPGHIS-UFRJ.

¹⁰² Segundo a análise de Azevedo (1928) sobre a situação decrescente de arrecadação ao longo de 33 anos, na fase inicial de onze anos (de 1752 a 1763), o compromisso de 100 arrobas foi cumprido com relativa regularidade, com uma arrecadação anual de 104 arrobas, valor acima do ajustado. A colheita variou entre a quota mínima de 55 arrobas e a quota máxima de 118 arrobas. A arrecadação começou a cair a partir de 1763, quando as câmaras deixaram de cobrar a diferença dos produtores. Até 1785, a média de arrecadação teve duas descidas. De 1764 a 1773, a média de arrecadação caiu para 86 arrobas. De 1774 a 1785, a média ficou 68 arrobas. Além disso, a renda foi de 57 arrobas em 1785. O atraso acumulado totalizou uma dívida de 538 arrobas.

Gerais, enfrentaram uma grave crise econômica, com o empobrecimento da população e a decadência de cidades antes prósperas, como Ouro Preto. A dependência do trabalho manual e de técnicas simples, como a lavagem de cascalho nos rios, tornou a extração menos eficiente ao longo do tempo.

É crucial lembrar que o Terremoto de Lisboa (1755), que destruiu a cidade, foi um marco importante no governo de Pombal. A reconstrução da cidade, liderada pelo Marquês de Pombal, exigiu enormes recursos financeiros, muitos dos quais vieram do ouro extraído no Brasil, especialmente de Minas Gerais.

Em 1788, houve um rumor de que uma nova derrama seria realizada em Minas Gerais para cobrar os impostos atrasados. Essa medida gerou pânico e revolta entre a população, especialmente entre as elites locais, que seriam as mais afetadas. Como investigou João Lúcio de Azevedo,¹⁰³

“Nos mineiros, de quem se exigiam as arrobas de ouro em atraso; nos arrematantes dos impostos, ou seus herdeiros, associados e fiadores; nos funcionários em posse dos empregos comprados. Era a população quasi inteira ameaçada nos seus haveres, e grande parte da qual as execuções fiscais lançariam à indigência”,

A ameaça da derrama acelerou os planos dos inconfidentes, que começaram a organizar a conspiração para derrubar o governo colonial.

2.3. INCONFIDENTES

As medidas implementadas por Pombal atingiram diversos interesses, desde a fundação das companhias monopolistas até a reforma do sistema tributário, da criação da Real Mesa Censória à expulsão dos jesuítas; cada ação visava sempre à concentração do poder nas mãos do Estado, e também ao desenvolvimento da oligarquia mercantil industrial

¹⁰³ Azevedo, J. L. de. (1928). *Épocas de Portugal econômico* (digital 3rd ed.). Lisboa: Livraria Clássica Editora. pp. 362

portuguesa¹⁰⁴. Uma série de restrições e reformas causou descontentamento nos colonos, agravado com a política colonial de Martinho de Melo e Castro, que se desenvolveu mais intensamente na sequência do afastamento de Pombal, em 1777¹⁰⁵. Na opinião de Kenneth Maxwell (2004)¹⁰⁶, a reforma atendia aos interesses da poderosa oligarquia mercantil-industrial da metrópole. Em 1789, essa orientação resultou em um confronto muito específico com os interesses coloniais. Diante desse cenário, surgiu o movimento mineiro.

A Inconfidência Mineira (1789) foi um movimento de caráter separatista e revolucionário, influenciado por alguns ideais iluministas e pela independência dos Estados Unidos. Seus líderes, como Tiradentes, buscavam romper com o domínio colonial de Lisboa, questionando a exploração econômica e a falta de autonomia política.

Os inconfidentes eram um grupo de proprietários em Minas Gerais, letrados mas endividados com a Coroa por um longo período. Estavam sob o peso da legislação tributária de cem arrobas, sujeitos à derrama e constantes ameaças de perda de seu patrimônio¹⁰⁷. A derrama, na opinião de André Figueiredo Rodrigues¹⁰⁸, seria o estopim para o início do movimento. Desesperados por uma saída dessa situação, buscavam se livrar das dívidas e das ameaças que pairavam sobre eles. Muitos dos membros tinham estudado na Universidade de Coimbra¹⁰⁹, onde tiveram contatos constantes com novas concepções políticas e filosóficas

¹⁰⁴ Maxwell, K. (1989). *Conjuração mineira: novos aspectos*. Estudos Avançados, 3(6). pp. 5. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-40141989000200002>

¹⁰⁵ Ibid., pp. 6 - 7. Segundo o autor: “Para Martinho de Melo e Castro, um dos ministros portugueses mais chegados aos interesses industriais da metrópole e, após a queda do marquês de Pombal em 1777, responsável pela política colonial portuguesa, o remédio era óbvio: proteger os interesses da poderosa oligarquia comercial-industrial metropolitana significava o abandono do flexível sistema pombalino e a implantação, em seu lugar, de um neomercantilismo mais rígido e efetivo ... Na década de 1780, o governo português estava diante de duas opções: ou estas máximas eram abandonadas ou passavam a ser observadas mais estritamente. As medidas de Melo e Castro e as suas atitudes seguiam, claramente, a clássica tradição mercantilista.”

¹⁰⁶ Maxwell, K. (2004). *Conflicts & Conspiracies: Brazil and Portugal, 1750-1808* (1st ed.). Routledge. pp. 114.

¹⁰⁷ O ocorrido foi analisado por Kenneth Maxwell em sua obra *Conflicts & Conspiracies: Brazil and Portugal, 1750-1808*, na qual destaca que um dos membros do movimento, José Álvares Maciel, foi ameaçado em Lisboa, sob as ordens do Marquês de Pombal, de perder sua propriedade caso não conseguisse quitar as dívidas deixadas por seu pai.

¹⁰⁸ Rodrigues, A. F. (2020). *Livros científicos, saberes ilustrados e condutas “sediciosas” de leitura na livraria do cônego Luís Vieira da Silva (Minas Gerais, Brasil, 1789)*. *Secuencia* (107), e1700. pp. 20.

¹⁰⁹ A Universidade de Coimbra passou por uma grande reforma, conhecida como “Novos Estatutos”, que reorganizou sua estrutura e currículo, substituiu o ensino tradicional jesuíta

(por muito tradicional que aquela universidade ainda fosse). Em 4 de julho de 1776, chegou a notícia da declaração de independência dos Estados Unidos. Embora fundamentada nos princípios da liberdade, a independência dos Estados Unidos foi alcançada pela elite colonial, com o objetivo de assegurar os interesses e privilégios dessa classe. Isso serviu de inspiração para o movimento mineiro. José Álvares Maciel, um dos inconfidentes que estudou na Universidade de Coimbra, foi à Inglaterra com a intenção de aprender as novas e avançadas técnicas de fabricação. Ele discutiu a possibilidade da independência brasileira com comerciantes da Grã-Bretanha, e ficou evidente para ele que o fato de a América Portuguesa não ter seguido o exemplo dos norte-americanos foi visto com surpresa, e que qualquer iniciativa contra o domínio português receberia rápido apoio de empresários britânicos. Era, na verdade, a mesma mensagem que Thomas Jefferson havia transmitido ao jovem estudante de medicina José Álvares Maciel, na França.¹¹⁰

Mas por que Minas Gerais? É uma questão abordada no livro *Chocolate, piratas e outros malandros: ensaios tropicais* de Kenneth Maxwell. A Inconfidência Mineira, alegou Maxwell, “foi o único movimento anticolonial que explicitamente duvidou da relação colonial e adaptou um projeto claramente republicano e nacionalista”¹¹¹. Há outros historiadores (talvez Dauril Alden¹¹² e Caio Prado Jr.¹¹³) que não consideram que a Inconfidência Mineira teria tanta significação, “porque estava carente da participação popular”, e “era mais expressiva de um irredentismo mineiro do que uma tomada de consciência nacional brasileira”.

por um modelo baseado em ciências práticas, matemática e direito moderno, seguindo os princípios iluministas de racionalidade e utilidade pública. Veja Tavares, Rui. (2018). O censor iluminado: ensaio sobre o pombalismo e a revolução cultural do século XVIII. Lisboa, Tinta-da-China.

¹¹⁰ Maxwell, K. (2004). *Conflicts & Conspiracies: Brazil and Portugal, 1750-1808* (1st ed.). Routledge. pp. 119.

¹¹¹ Maxwell, K. (1999). *Chocolate, piratas e outros malandros: ensaios tropicais*(digital ed.). São Paulo: Paz e Terra. pp. 126.

<https://archive.org/details/chocolatepiratas0000maxw/page/146/mode/2up>

¹¹² Alden, D. (1968). *Royal government in colonial Brazil; with special reference to the administration of the Marquis of Lavradio, viceroy, 1769-1779* (digital ed.). Berkeley : University of California Press.

<https://archive.org/details/royalgovernmenti0000alde/page/n11/mode/2up>

¹¹³ Prado Jr., C. (2011). *Formação do Brasil: colônia* (digital ed.). São Paulo: Companhia das Letras.

2.4. A TRANSIÇÃO: DE ALTERIDADE PARA IDENTIDADE

Portugal representava o “outro” dominador, que impunha suas leis, cultura e interesses econômicos sobre os habitantes da colônia. Sublinha Stumpf (2010),

“...quanto ao outro a que se opunham, oposição que certamente foi originada pelo sentimento de injustiça que invadia as representações nos decênios anteriores. Quando os homens da elite das Minas viram-se preteridos dos cargos locais, perceberam que a batalha travada com os reinóis havia sido perdida, restando-lhes, como alternativa, mudar todos o sistema político para que finalmente pudessem usufruir os direitos que tinham por seus.”¹¹⁴

As peculiaridades do seu sistema administrativo no Brasil, a falta de representação política dos brasílicos, reforçavam a ideia de que eles eram "outros" em relação ao poder metropolitano. Havia instituições locais, como as Câmaras Municipais, formadas por membros da elite local (proprietários de terras, mineradores, comerciantes). Essas Câmaras tinham certa autonomia para decidir sobre questões locais, como obras públicas e regulamentações urbanas. Porém, essa "representação" era limitada e hierarquizada. Os cargos de autoridade mais elevados (como governadores, vice-reis, ouvidores e supervisores) eram ocupados por portugueses designados pela Coroa, e não por brasílicos de nascimento. Isso estabelecia uma distinção evidente entre os reinóis (oriundos de Portugal) e os brasílicos (provenientes da colônia), até mesmo entre as classes dominantes.

No âmbito da administração fiscal, a orgânica do Erário Régio era complexa, demonstrou Miguel Cruz (2014)¹¹⁵, “cada Junta da Fazenda integrava-se na estrutura encimada pelo Erário Régio por via de uma contadoria geral que, em Lisboa, filtrava e enformava boa parte da comunicação dirigida ao monarca ou ao inspetor-geral/presidente do Erário”. A administração colonial era estruturada de forma a manter o poder nas mãos da Coroa Portuguesa, garantindo que as elites locais tivessem influência apenas dentro dos

¹¹⁴ Stumpf, R. G. (2010). Filhos das minas, americanos e portugueses: identidades coletivas na capitania das Minas Gerais(1763-1792). São Paulo: Hucitec. pp. 195.

¹¹⁵ Cruz, M. D da. (2014). Pombal e o Império Atlântico: impactos políticos da criação do Erário Régio.Revista Tempo, v20. DOI: <https://doi.org/10.1590/TEM-1980-542X-2014203621eng>

limites impostos por Lisboa. Complementa Maxwell (1999)¹¹⁶, os homens da Colônia, notáveis por suas fortunas e posições sociais, faziam parte do complexo militar-administrativo. É inegável que a autoridade colonial, a nível local, sempre se baseou evidentemente em um pacto de tolerância recíproca entre os poderosos da região e o governo real. No entanto, um Estado do século XVIII, apesar de formalmente autocrático, possuía, apesar de tudo, poderes de coerção restritos. O sistema português no Brasil, especialmente após a reforma pombalina dos anos 1760, ao reconhecer e oficializar esse *status quo*, e à falta de burocratas honestos e eficazes, corria riscos significativos ao aproximar as oligarquias locais da estrutura governamental. Na vasta extensão do Brasil, o poder e a riqueza não estavam sujeitos às limitações mais delicadas de uma sociedade europeia tradicional. Ações que pareciam razoáveis em uma nação pequena como Portugal, onde a autoridade do monarca era constante e onde as ações do governo central podiam se manifestar mais rapidamente e de maneira eficaz, surtiam na colônia efeitos totalmente diferentes dos planejados. Monitorar e restringir as ações dos grupos privilegiados estabelecidos em Lisboa era bastante distinto de gerir as dos colaboradores coloniais que foram incorporados ao sistema administrativo-militar brasileiro. Na situação da América Portuguesa, os candidatos à posição de representantes da autoridade real não eram frequentemente distintos da oligarquia brasileira.

Entretanto, a incorporação das oligarquias locais não significava a ausência de Estado. Como define Laura de Mello e Souza(2015)¹¹⁷, o Estado foi um dos sustentáculos da política econômica do sistema colonial. Tratando-se de um Estado absolutista, ele não podia funcionar independentemente dos múltiplos papéis do poder e da violência: controle administrativo central, domínio fiscal e arbitrariedades de governantes e de potentados. A participação crescente dos brasílicos ricos e influentes nos negócios administrativos, especialmente em órgãos como a Junta da Fazenda, não significava, portanto, uma autonomia total, pois a estrutura ainda era subordinada à Metrópole. Para o lado da Corte, acredita Júnia Furtado,¹¹⁸ a presença dos homens em tais órgãos apenas agravava a divergência com os interesses metropolitanos, impossibilitados de prescindir da elite local. A Corte buscou afastar do poder os homens que desfrutavam de privilégios e que, para maximizar seus benefícios, ludibriavam

¹¹⁶ Maxwell, K. (1999). Chocolate, piratas e outros malandros: ensaios tropicais(digital ed.). São Paulo: Paz e Terra. pp. 127 - 128.

<https://archive.org/details/chocolatepiratas0000maxw/page/146/mode/2up>

¹¹⁷ Souza, L. de M. e. (2015). Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul. pp. 124

¹¹⁸ Furtado, J. F. (1993/4). O outro lado da Inconfidência Mineira: Pacto Colonial e Elites Locais. LPH: Revista de História, UFOP, (4), 70-91. pp. 74 - 75.

a Metrópole e ocultavam a verdadeira arrecadação. Essa decisão metropolitana demonstra a sua ambição de tomar a inteira riqueza da região. Somando a tudo isto, as ameaças sentidas pelos homens resultaram, pela primeira vez, na “ruptura séria entre os dois pólos do sistema”.¹¹⁹

Divergências alimentavam um sentimento de alteridade (“nós, brasílicos, somos tratados como inferiores”). Os brasílicos não podiam mais ocupar posições de prestígio, as quais eram exclusivamente reservadas para os portugueses, no âmbito do governo central, mesmo tendo contribuído com tamanha riqueza e sustentação econômica à Metrópole. Os homens da elite das Minas viram-se menosprezados dos cargos locais. Segundo Roberta Stumpf(2010)¹²⁰, eles perceberam que já tinham perdido a batalha com os reinóis. A única saída que lhes restou, então, era mudar o sistema político para eventualmente poderem desfrutar dos direitos que imaginavam lhes pertencer.

Outro ponto é que as políticas, que afetavam diretamente a colônia como impostos, mineração e comércio, eram decididas em Lisboa, sem consulta aos colonos. A cobrança da derrama (imposto sobre o ouro), por exemplo, foi imposta unilateralmente, gerando queixas e até revolta. A minha questão é: os colonos poderiam escapar da responsabilidade da implementação dos rígidos impostos?

Relembramos que “a participação dos homens de negócios e latifundiários em cargos da administração pública no período colonial só funcionava em favor dos interesses do Estado central quando havia coincidência dos interesses imperiais com os locais, à medida que a vigilância constante do governo central pressionasse no sentido das prioridades gerais sobre os interesses pessoais e facciosos da oligarquia local”. Como escreveu Kenneth Maxwell, “comerciantes e homens de negócios tinham sido atraídos para as seções administrativas da Fazenda Real, feitos delegados da Junta do Comércio em Lisboa”¹²¹, com o objetivo de conseguir que eles atuassem como fiscalizadores.

¹¹⁹ Ibid., pp. 75.

¹²⁰ Stumpf, R. G. (2010). Filhos das minas, americanos e portugueses: identidades coletivas na capitania das Minas Gerais(1763-1792). São Paulo: Huicitec: Fapesp. pp. 195.

¹²¹ Maxwell, K. (1999). Chocolate, piratas e outros malandros: ensaios tropicais(digital ed.). São Paulo: Paz e Terra. pp. 130.

<https://archive.org/details/chocolatepiratas0000maxw/page/146/mode/2up>

Muitas elites coloniais, especialmente mineradores e membros das Câmaras Municipais, negociavam com as autoridades portuguesas para atrasar ou reduzir a cobrança de impostos. Apesar de serem subordinadas a Portugal, as Câmaras Municipais tinham a capacidade de adiar ações impopulares, como a imposição tributária (derrama), utilizando justificativas sobre a crise econômica ou escassez de recursos. Conforme Autos de Devassa da Inconfidência Mineira (2001) descreveu, “o povo murmurava descontente, atribuindo a culpa de tudo ao rigor do fisco e às arbitrariedades praticadas por alguns governadores. Com tanto ouro extraído do leito de seus cursos de água, a capitania vivia uma época de miséria.”¹²²

Mas, como se justificaria para Lisboa a decadência de produção aurífera enquanto nos dias de festas, os moradores mineiros exibiam luxos, promoviam grandes banquetes e demonstravam sinais de riqueza? Esse paradoxo não passava despercebido pelas autoridades metropolitanas, que viam com desconfiança as alegações de crise econômica feitas pelas elites coloniais. A ostentação pública contrastava com os relatos de escassez de ouro e sugeria que parte da produção poderia estar sendo desviada do controle oficial, seja por contrabando, seja por subnotificação da produção para pagar menos quinto.¹²³

A Junta da Fazenda, devido a desleixo, deixou de cumprir suas outras responsabilidades: a contratação das receitas da capitania, especialmente os dízimos e as entradas. Os pagamentos contratados foram atrasados e deixados de lado até anos depois do prazo de vencimento. Os colonos, não obstante, pagavam subornos a funcionários da Junta para ignorar irregularidades, pois as propinas dos vários contratos de Minas seriam uma quantia que alcançava metade do vencimento oficial de um governador de Minas. Dentre os elementos indicados tanto por Maxwell como por Stumpf, o sistema de propinas proporcionava uma “ideal cobertura para suborno e corrupção”.¹²⁴

Grosso modo, os colonos não podiam escapar totalmente da obrigação de aplicar impostos rigorosos, mas possuíam meios para influenciar sua implementação. Isso evidencia um confronto entre os interesses locais e a autoridade central, onde as elites coloniais não se

¹²² Autos de Devassa da Inconfidência Mineira: complementação documental (H. G. Mathias, ed.). (2001). MinC-IPHAN-Museu da Inconfidência. 11. pp. 31. https://ejef.tjmg.jus.br/wp-content/uploads/2022/06/atos_volume-11.pdf

¹²³ Stumpf, R. G. (2010). Filhos das minas, americanos e portugueses: identidades coletivas na capitania das Minas Gerais(1763-1792). São Paulo: Hucitec. pp. 172 - 175.

¹²⁴ Maxwell, K. (1999). Chocolate, piratas e outros malandros: ensaios tropicais(digital ed.). São Paulo: Paz e Terra. pp. 132. <https://archive.org/details/chocolatepiratas0000maxw/page/146/mode/2up>

limitavam a serem vítimas das imposições da Metrópole, mas também participantes na administração e na manipulação dos regulamentos fiscais para seu próprio interesse. Assim, a reforma de Melo e Castro representava um “duro golpe, tanto para quem já ocupava algum posto de comando, quanto para os que alimentavam pretensões de um dia chegar a uma posição que lhes conferisse prestígio”.¹²⁵

As reformas implementadas pelo Marquês de Pombal foram profundamente influenciadas pelos ideais iluministas, caracterizando-se por um conjunto de medidas que visavam à centralização do poder e a modernização do Estado. Através de transformações na esfera econômica, na administrativa, na educacional e na religiosa, Pombal promoveu a diminuição da autonomia das elites locais e do poder eclesiástico, consolidando assim a autoridade do governo central e alinhando Portugal às tendências do despotismo esclarecido que marcavam a Europa do século XVIII. Como explicou Falcon (1989),

“A noção de ‘absolutismo ilustrado’, pelo contrário, é sinônima do ‘despotismo esclarecido’, típico de um período do Setecentos europeu. Trata-se de uma concepção do Estado inspirada em determinadas idéias dos ‘filósofos’ da Ilustração, tendo como pressuposto fundamental a ‘educação do príncipe’ a fim de convertê-lo num filósofo, ou num amigo dos filósofos, com o objetivo de conduzi-lo à realização de reformas ‘ilustradas’, ou seja, voltadas para o bem-estar de seus súditos, destacando-se, entre elas, a educação como base de todas as demais. Na prática, esse reformismo buscou a modernização do aparelho de Estado, sua secularização e enriquecimento, sem abrir mão do poder absoluto do monarca e da estrutura social vigente.”¹²⁶

O despotismo esclarecido português submeteu as instituições sociais e políticas ao seu domínio central; aboliu os privilégios da nobreza, mas ao mesmo tempo destacou a

¹²⁵ Stumpf, R. G. (2010). Filhos das minas, americanos e portugueses: identidades coletivas na capitania das Minas Gerais (1763-1792). São Paulo: Hucitec. pp. 176.

¹²⁶ Falcon, F. J. C. (1989, January/June). Da ilustração à Revolução - percursos ao longo do espaço-tempo setecentista (digital ed.). Acervo, 4(1), 53-87. Rio de Janeiro. pp. 55.
<https://bdan.an.gov.br/items/72cad895-5692-42a8-ad08-a02799d67809>

relevância da nobreza, dos participantes do setor industrial e comercial para a economia de Portugal.¹²⁷

As reformas de Pombal, inspiradas no despotismo esclarecido, geraram reações específicas nas elites coloniais. A “Instrução”¹²⁸ de Melo e Castro agravou esse contexto, ao intensificar o controle metropolitano sobre as Minas Gerais, como mencionado por Stumpf (2010)¹²⁹, as ações do ministro resultaram na quebra dos vínculos de identificação que os vassallos nas Minas tinham até então com a coroa portuguesa. Assim, ao ferir tanto a vaidade quanto os interesses da elite local, o ministro possibilitou a exploração de opções políticas que não se limitavam à tradicional fidelidade à família Bragança. Ao perceberem que a adesão ao Estado Português implicava a perda de privilégios, posições e prestígio, começaram a formular novas táticas que atendiam às suas expectativas, o que invariavelmente resultaria em uma reorganização das antigas referências políticas.

A época do reinado do D. José I com a forte presença do Marquês de Pombal, segundo Falcon (1989), foi caracterizada pelas transformações, “ação e reação”, relacionadas à crise do antigo sistema colonial mercantilista. Algumas posturas associadas às novas ideias e propostas reformistas foram reformuladas, e intensificou-se a ação dos órgãos de repressão contra a entrada de indivíduos e publicações que pudessem ser considerados suspeitos de jacobinismo¹³⁰, ou seja, uma oposição explícita ao trono e ao altar.¹³¹ Neste contexto, as elites coloniais, que compartilhavam o mesmo ressentimento comum, sentiam-se “todos, igualmente prejudicados, porque se reputavam distinguidos entres os habitantes das Minas, sentirem-se desonrados por uma coroa incapaz de reconhecer seus méritos, levou-os a admitirem que, se não pudessem mais bem servir ao trono de Lisboa, serviriam a um novo

¹²⁷ Santos, F. R. dos. (2018). A educação no Brasil colonial: Da religiosidade católica ao despotismo esclarecido (1549-1820). Revista Expedições, 9(2), Morrinhos/GO. pp. 26. https://www.revista.ueg.br/index.php/revista_geth/issue/view/414

¹²⁸ Termo utilizado por Roberta Giannubilo Stumpf na obra Filhos das minas, americanos e portugueses: identidades coletivas na capitania das Minas Gerais(1763-1792).

¹²⁹ Stumpf, R. G. (2010). Filhos das minas, americanos e portugueses: identidades coletivas na capitania das Minas Gerais(1763-1792). São Paulo: Hucitec. pp. 177.

¹³⁰ Termo derivado da Revolução Francesa. Os jacobinos, diferentes dos girondinos, representavam a baixa burguesia e defendiam uma maior participação popular no governo. Enquanto os girondinos representavam a alta burguesia e queriam evitar uma participação maior dos trabalhadores na política.

¹³¹ Falcon, F. J. C. (1989, January/June). Da ilustração à Revolução - percursos ao longo do espaço-tempo setecentista (digital ed.). Acervo, 4(1), 53-87. Rio de Janeiro. pp. 59. <https://bdan.an.gov.br/items/72cad895-5692-42a8-ad08-a02799d67809>

Estado que passaram a projetar”. Acreditavam que o levante poderia beneficiá-los,¹³² ou seja, uma “reação” justamente para responder à “ação” do reino.

Na visão macro, o Brasil colonial era marcado por uma clara distinção entre colonizadores e colonizados. Os indígenas, vistos como “outros” a serem convertidos e civilizados, e os africanos escravizados, tratados como propriedade e produto, eram mantidos e afastados da sociedade colonial, ocupando as posições subalternas na estrutura social. A Igreja Católica, especialmente os jesuítas, tiveram um papel crucial nesse processo, atuando como agente de controle e integração dos grupos subjugados à ordem colonial através da conversão religiosa e da aculturação.

Na visão micro, a sociedade mineira foi “tensa e desigual, a miséria se alastrando mesmo nos momentos de maior opulência, a riqueza de poucos empurrando para a desclassificação um largo contingente de mestiços e libertos”.¹³³ Paralelamente “entre os brancos brasílicos emergia, em Minas Gerais, uma elite letrada cada vez mais representativa do caráter próprio de sua sociedade”.¹³⁴ Essa elite, que vivia às custas de trabalho escravo para manter seu status, tornava-se progressivamente mais autossuficiente na economia e consciente de sua identidade, refletindo as contradições e tensões de uma sociedade colonial em transformação.

A Inconfidência Mineira buscava o rompimento com a submissão (ou submissão imaginada) ao “outro” e a construção de uma identidade autônoma, e, salientam André Figueiredo Rodrigues e Luciano Figueiredo (2023)¹³⁵, formava-se uma referência que apresentava o surgimento do sentimento nacional. Estes autores enfatizaram que essa separação política não coincidiu com a consolidação da unidade nacional e nem com os princípios de identidade que se buscavam na construção de uma nação. Por meio deste

¹³² Stumpf, R. G. (2010). Filhos das minas, americanos e portugueses: identidades coletivas na capitania das Minas Gerais(1763-1792). São Paulo: Hucitec. pp. 177 - 178.

¹³³ Souza, L. de M., & Boschi, C. C. (2006). Inconfidência Mineira. Resgate: Revista Interdisciplinar De Cultura, 1(1), 100-106. pp. 102. DOI: <https://doi.org/10.20396/resgate.v1i1.8645458>

¹³⁴ Maxwell, K. (1999). Chocolate, piratas e outros malandros: ensaios tropicais(digital ed.). São Paulo: Paz e Terra. pp. 137.

<https://archive.org/details/chocolatepiratas0000maxw/page/146/mode/2up>

¹³⁵ Rodrigues, A. F., & Figueiredo, L. (2023). De traidores a patriotas: um ensaio sobre discursos e comportamentos políticos no processo de independência (1789-1823). História, 42. pp. 5. DOI: <https://doi.org/10.1590/1980-4369e2023015>

processo, construiu-se supostamente apenas um sentimento de nacionalidade na luta de alguns homens pela libertação dos laços coloniais com Portugal.

Com a adoção do Iluminismo e a circulação das notícias sobre o acontecimento da Revolução Americana, houve uma “tomada da consciência da ideia de revolução” entre os intelectuais vivendo em colônias.¹³⁶ Esse processo de “perceber-se o outro” foi impulsionado por mudanças políticas, econômicas e culturais, como a expulsão dos jesuítas em 1759, que modificou significativamente as relações com os povos indígenas e promoveu a secularização da administração colonial, e como a implementação de sistemas tributários rigorosos, que feriram os interesses dos colonos e afetaram a economia local, e culminou em um clima de insatisfação. Além disso, as reformas educacionais, como a criação de aulas régias e a modernização da Universidade de Coimbra – que continuou a atrair brasílicos - auxiliaram na formação de uma elite intelectual que começava a questionar as hierarquias coloniais e a refletir sobre termos de uma identidade coletiva. Pois, os brasílicos que estudaram tanto em Coimbra e em outras universidades europeias poderiam ter “entrado em contato com ideias novas”, logo “voltaram ao Brasil imbuídos de uma inquietação de viés revolucionário ou pré-revolucionário”.¹³⁷

Os líderes do movimento foram inspirados pela Revolução Americana e, destacou Maxwell (1999)¹³⁸, “viam o curso dos acontecimentos na América do Norte como apresentando uma semelhança notável com sua própria situação”. A vitória das Treze Colônias contra a Grã-Bretanha demonstrou que era possível romper com o domínio metropolitano e estabelecer sua própria república baseada nos princípios iluministas. Destacaram Maxwell, Carvalho, Rocha e Huffman (2013) que a Revolução Americana atraiu os rebeldes menos por um debate doutrinário, mas por oferecer um conjunto inédito de formas de pensar e agir; e uma nova linguagem política, apropriada ao contexto das Minas Gerais.¹³⁹

¹³⁶ Falcon, F. J. C. (1989, January/June). Da ilustração à Revolução - percursos ao longo do espaço-tempo setecentista (digital ed.). *Acervo*, 4(1), 53-87. Rio de Janeiro. pp. 59.

<https://bdan.an.gov.br/items/72cad895-5692-42a8-ad08-a02799d67809>

¹³⁷ *Ibid.*, pp.69 -70.

¹³⁸ Maxwell, K. (1999). *Chocolate, piratas e outros malandros: ensaios tropicais*(digital ed.). São Paulo: Paz e Terra. pp. 162.

<https://archive.org/details/chocolatepiratas0000maxw/page/146/mode/2up>

¹³⁹ Maxwell, K., & Carvalho, B., & Rocha, G. A., & Huffman, J. (2013). *O livro de Tiradentes: transmissão atlântica de ideias políticas no século XVIII* (digital ed.). São Paulo: Penguin & Companhia das Letras. pp. 106.

Os ideais iluministas e a Revolução Americana forneceram bases ideológicas para os membros da Inconfidência, ainda que eles também conservassem matrizes de pensamentos advindas de um pensamento neotomista, típico dos séculos XVI e XVII. A definição da “República”, na análise de André Figueiredo Rodrigues (2020)¹⁴⁰, seja para Luís Vieira da Silva, seja para o resto do grupo, era um símbolo de liberdade.

Rodrigues também analisou, através da carta de denúncia do tenente-coronel Basílio de Brito¹⁴¹, as falas do cônego Luís Vieira da Silva. As declarações, que Luís Vieira fez, revelaram as circunstâncias e a realidade sociais e políticas em impasse em que viviam os colonos, e os elementos conscientizadores do despertar do movimento mineiro: a dicotomia entre metrópole e colônia e a defesa das leis e direitos de uma nação livre e independente. Os dizeres do cônego, complementa o autor, couberam ao enjoo que se fazia sentir da condição colonial e dos abusos da metrópole. Esses sentimentos que já estavam arraigados e na mentalidade dos colonos, e se intensificaram nos conflitos contra os estrangeiros. Rodrigues fez uma detalhada análise em escolha dos vocabulários do cônego, por exemplo, o vocabulário “conquista” refletia que as terras do Brasil, por terem sido conquistadas, não eram propriedade de seus habitantes, mas sim possessão de Portugal. Para o cônego, Rodrigues continua, a real “conquista” era a dos “nacionais” que sozinhos defenderam e expulsaram os invasores estrangeiros.

Contudo, vale ressaltar que o cenário no Brasil colonial era consideravelmente distinto de o das Treze Colônias norte americanas. Ao contrário da Revolução Americana, que teve o suporte de uma vasta base social, a Inconfidência Mineira foi dirigida por uma elite intelectual e proprietária. Os Autos de Devassa da Inconfidência Mineira (2001)¹⁴² registrou que a Inconfidência Mineira, que teve início em 1788, contou com a participação de um grupo de homens de diversas classes sociais: a) Militares: o Alferes Joaquim José da Silva Xavier,

¹⁴⁰ Rodrigues, A. F. (2020). Livros científicos, saberes ilustrados e condutas “sediciosas” de leitura na livraria do cônego Luís Vieira da Silva (Minas Gerais, Brasil, 1789). *Secuencia* (107), e1700. pp. 20 - 21. DOI: <https://doi.org/10.18234/secuencia.v0i107.1700>

¹⁴¹ Na carta-denúncia do tenente, ele descreveu a conversa entre ele e o cônego. A inquirição foi colecionada nos Autos de Devassa da Inconfidência Mineira (digital 2nd ed.). (1982). Brasília, Câmara dos Deputados; B. Horizonte Imprensa Oficial de Minas Gerais, 5. pp. 260 - 268. http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/gravata_brtdocs/viewcat.php?cid=16

¹⁴² Autos de Devassa da Inconfidência Mineira: complementação documental (H. G. Mathias, ed.). (2001). MinC-IPHAN-Museu da Inconfidência. 11. pp, 32. https://ejef.tjmg.jus.br/wp-content/uploads/2022/06/atos_volume-11.pdf

conhecido como Tiradentes e o Tenente-Coronel Francisco de Paula Freire de Andrada¹⁴³, filho de 2º Conde de Bobadela José Antônio Freire de Andrada; b) Intelectuais e juristas: Dr. José Alvares Maciel¹⁴⁴, Cláudio Manuel da Costa, Inácio José de Alvarenga Peixoto e Tomás Antônio Gonzaga; c) Eclesiásticos: Padre Carlos Correia de Toledo e Melo, Padre José da Silva de Oliveira Rolim e Padre Luís Vieira da Silva; e d) Fazendeiros e homens de negócios: José Aires Gomes, Francisco Antônio de Oliveira e Domingos de Abreu Vieira.

Além disso, a escravidão, central na economia colonial brasileira, não foi um ponto essencial a ser considerado pelos inconfidentes em sua tentativa de imposição da República. Essa omissão revela uma contradição entre o discurso de liberdade e a realidade social da época. Embora os homens, buscassem autonomia em relação à Metrópole, pretendiam manter intacta a estrutura econômica e social de escravismo. Essa diferença assenta-se bem na concepção da identidade do sujeito sociológico por Hall (2006), em que a identidade é entendida em relação à sociedade, quer dizer, “o indivíduo não era mais autônomo e autossuficiente, mas era formado na relação com outras pessoas importantes para ele”, que mediavam para o sujeito os valores, sentidos e símbolos - a cultura - dos mundos que habitava”. Eventualmente a identidade cria-se através da “interação entre o eu e a sociedade”.¹⁴⁵ No caso dos inconfidentes, sua identidade coletiva foi construída a partir de valores e símbolos exclusivos que excluía a população negra escravizada, refletindo as restrições de seu projeto político.

Nesse sentido, a identidade dos inconfidentes, ao mesmo tempo, pode ser vista como fragmentada e contraditória. Essa dualidade reflete as tensões inerentes às elites coloniais: por um lado, buscavam a independência e a república, inspirados por ideais iluministas; por outro lado, paralelamente, mantinham práticas e estruturas opressivas, como a escravidão. Isso reflete a complexidade e a multiplicidade de identidades em jogo. A identidade deve ser entendida como uma “celebração móvel”¹⁴⁶, como destaca Hall (2006), ou seja, um processo contínuo e dinâmico, sempre em mudança e impactado pelo contexto cultural e histórico. No caso dos inconfidentes, a mobilidade é evidente, como a identidade oscilava entre o ideal revolucionário e manutenção de práticas opressivas, conforme destacou Laura de Mello e

¹⁴³ O Tenente-Coronel Francisco de Paula Freire de Andrada também pertencia à classe de nobreza.

¹⁴⁴ Também pertencia à classe de nobreza, sendo filho de capitão-mor de Vila Rica.

¹⁴⁵ Hall, S. (2006). *A identidade cultural na pós-modernidade* (T.T. da Silva & G. L. Louro, Trans.; digital 11th ed.) Rio de Janeiro: DP&A. pp. 11.

¹⁴⁶ *Ibid.*, pp. 12 - 13.

Sousa, “numa colônia escravista, revolucionário seria declarar a independência e abolir a escravidão”.¹⁴⁷ Esta afirmação reforça a contradição na formação da identidade dos inconfidentes.

2.5. O FRACASSO

O movimento foi traído. Um dos integrantes do movimento, Joaquim Silvério dos Reis, com dívidas com a Coroa, delatou os planos dos inconfidentes em troca do perdão de suas dívidas. Sua traição levou a conspiração ao fracasso, e a maioria dos conjurados foram presos. Posteriormente foram alvo de devassa, interrogados e punidos, resultando na morte suspeita de Cláudio Manuel da Costa, o exílio para a África, a condenação dos réus eclesiásticos à prisão perpétua em Portugal e o suplício de Tiradentes”.¹⁴⁸ Tal desfecho pode ser atribuído a uma série de fatores, que vão desde questões internas do movimento até a eficiência da repressão metropolitana.

Os inconfidentes não tinham um plano claro e unificado. Havia disputas entre os líderes sobre os objetivos do movimento, “Os conspiradores tinham vacilado em sua disposição, fracassado em alcançar os objetivos propostos”,¹⁴⁹ a falta de unidade também se refletia nas disputas sobre a forma de governo, seja república ou monarquia constitucional, sendo que “a maior parte dos inconfidentes, em especial Tomás Antônio Gonzaga, parecia comungar muito mais com a concepção da monarquia não despótica”.¹⁵⁰ A tentativa política dos inconfidentes era limitada e pouco desenvolvida. Segundo João Pinto Furtado (2001), “não pareciam ter ido muito além da proposta de constituição de uma República que ficasse circunscrita a um espaço geográfico limitado. Igualmente parecem não ter avançado muito no

¹⁴⁷ Souza, L. de M., & Boschi, C. C. (2006). Inconfidência Mineira. Resgate: Revista Interdisciplinar De Cultura, 1(1), 100-106. pp. 102. DOI: <https://doi.org/10.20396/resgate.v1i1.8645458>

¹⁴⁸ Maxwell, K., & Carvalho, B., & Rocha, G. A., & Huffman, J. (2013). O livro de Tiradentes: transmissão atlântica de ideias políticas no século XVIII (digital ed.). São Paulo: Penguin & Companhia das Letras. pp. 112.

¹⁴⁹ Maxwell, K. (2001). A devassa da devassa: A Inconfidência Mineira, Brasil-Portugal, 1750-1808. (J. Maia. Trans.; 5th ed.). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 22(Estudos Brasileiros). pp. 224.

¹⁵⁰ Furtado, J. P. (2001). Uma república entre dois mundos: Inconfidência Mineira, historiografia e temporalidade. Revista Brasileira De História, 21(42), 343–363. pp. 358. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-01882001000300005>

que concerne à criação de um sistema de governo que fosse um pouco mais participativo e aberto nos termos de uma democracia direta.”¹⁵¹

Como observou João Pinto Furtado (2001), os inconfidentes de Minas Gerais em 1788-1789 não conseguiram estabelecer uma distinção clara entre o interesse público e os interesses privados. Os dois estavam naturalmente interligados em seu discurso e prática política.¹⁵²

Os líderes do movimento estavam mais focados nos seus próprios interesses do que “fundar uma nação”¹⁵³, “entre indivíduos com variados (por vezes escusos) interesses, muitos dos quais colocavam suas razões pessoais acima dos propósitos coletivos”,¹⁵⁴ como no exemplo mencionado da abolição da escravidão, sobre a qual os líderes da Inconfidência tinham visões divergentes sobre o tema.

Segundo Kenneth Maxwell, Maciel via a presença de uma alta porcentagem de negros na população como uma possível ameaça ao novo Estado: a garantia de liberdade poderia levá-los a se rebelar contra os brancos. Enquanto Alvarenga, um dos maiores senhores de escravos entre os inconfidentes, defendia a liberdade dos escravos, argumentando que isso os tornaria os mais fervorosos defensores da nova república e dedicados à sua sobrevivência política. Maciel acreditava que essa solução poderia levar à autodestruição, uma vez que os proprietários ficariam sem ninguém para trabalhar nas minas e lavouras.¹⁵⁵

Os inconfidentes teriam feito uma “heterodoxa leitura”, na opinião de João Pinto Furtado (2001)¹⁵⁶. Eles se basearam na ideologia (proto-)anticolonialista, nos contributos de

¹⁵¹ Furtado, J. P. (2001). Uma república entre dois mundos: Inconfidência Mineira, historiografia e temporalidade. *Revista Brasileira De História*, 21(42), 343–363. pp. 347. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-01882001000300005>

¹⁵² *Ibid.*, pp. 359.

¹⁵³ Figueiredo, L. (2011). *Boa Ventura! A corrida do ouro no Brasil (1697-1810)* (3rd ed.). Rio de Janeiro: Record. pp. 283.

¹⁵⁴ Souza, L. de M., & Boschi, C. C. Inconfidência Mineira. (2006). *Resgate: Revista Interdisciplinar De Cultura*, 1(1), 100-106. pp.106. DOI: <https://doi.org/10.20396/resgate.v1i1.8645458>

¹⁵⁵ Maxwell, K. (2001). *A devassa da devassa: A Inconfidência Mineira, Brasil-Portugal, 1750-1808*. (J. Maia. Trans.; 5th ed.). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 22(Estudos Brasileiros). pp. 152.

¹⁵⁶ Furtado, J. P. (2001). Uma república entre dois mundos: Inconfidência Mineira, historiografia e temporalidade. *Revista Brasileira De História*, 21(42), 343–363. pp. 360. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-01882001000300005>

Raynal, e na experiência prática dos “americanos ingleses”. Se, por um lado, se focaram no ângulo de uma república, mesmo que modesta, por outro lado, pouco avançaram no debate sobre a participação política ou a tripartição de poderes, componentes essenciais da república representativa e uma das mais significativas contribuições de Montesquieu para o pensamento político. Em relação ao aspecto jurídico, outro ponto destacado por João Pinto Furtado, é que não existem provas de que os inconfidentes tivessem abordado o tema da cidadania ou igualdade jurídica, pelo menos não na forma como os pensamos hoje.

Além dos problemas internos do grupo, a Inconfidência Mineira também enfrentou a ausência de suporte internacional e de outras capitânicas, o que limitou suas chances de sucesso. Nenhuma outra capitania se aliou à Conjuração devido às discordâncias em relação à abrangência geográfica¹⁵⁷, além disso, as diferenças na estrutura econômica e política entre as capitânicas dificultavam a formação de um bloco unificado contra o domínio português. Enquanto Minas Gerais estava imersa em uma crise relacionada à mineração e à cobrança de impostos abusivos, outras regiões, como a Bahia, Pernambuco e o Rio de Janeiro, possuíam economias baseadas em atividades diferentes, como o comércio e a agricultura, e não enfrentavam as mesmas urgências.

No contexto internacional, por sua vez, a Inconfidência Mineira não recebeu apoio de outros países, como os Estados Unidos e/ou a França. Os inconfidentes desejavam que os Estados Unidos apoiassem sua revolta. Embora o encontro clandestino com Thomas Jefferson tenha sido encorajador e inspirador, no final, nada aconteceu. Apesar de terem o conhecimento da revolução brasileira, os Estados Unidos, como nação jovem, privilegiaram a consolidação e o aprofundamento das relações comerciais com Portugal, colocando seus interesses econômicos e diplomáticos à frente de uma identificação ideológica com o movimento de independência.¹⁵⁸

¹⁵⁷ Souza, L. de M., & Boschi, C. C. Inconfidência Mineira. (2006). Resgate: Revista Interdisciplinar De Cultura, 1(1), 100-106. pp. 105. DOI: <https://doi.org/10.20396/resgate.v1i1.8645458>

¹⁵⁸ Maxwell, K. (1999). Chocolate, piratas e outros malandros: ensaios tropicais(digital ed.). São Paulo: Paz e Terra. pp. 146. <https://archive.org/details/chocolatepiratas0000maxw/page/146/mode/2up> “...sendo óbvio que considerava os interesses imediatos dos EUA mais bem servidos por um entendimento com a metrópole do que por uma arriscada aventura na América do Sul...os EUA estavam mais interessados em comercializar com a Metrópole do que com as colônias”.

Em relação à França, segundo Kenneth Maxwell¹⁵⁹, importa notar que ideais e pensamentos ilustrados dos escritores franceses tiveram um impacto enorme sobre os inconfidentes. Ainda que o movimento tivesse sido projetado antes da Revolução Francesa ocorrer, notícia do movimento mineiro chegou a Lisboa em paralelo com novidades sobre a crescente onda da Revolução Francesa. Isso afetou as decisões dos funcionários lisboetas que determinavam a sentença dos inconfidentes. Kenneth Maxwell também relembra que o movimento mineiro nasceu em um momento menos do que apropriado para a França, centrada nos seus próprios problemas. Portanto, a Inconfidência Mineira permaneceu isolada e sozinha no contexto mundial, sem o suporte estrangeiro que poderia ter fortalecido sua resistência contra Portugal.

A morte de Tiradentes marcou a falência e o fim do movimento mineiro. A figura dele ficou posteriormente mitificada, representando a luta pela identidade nacional na Independência do Brasil em 1822 e a resistência à subordinação a Portugal, sobretudo após 1889, quando foi instaurada a República no Brasil. O verdadeiro nome de Tiradentes era Joaquim José da Silva Xavier, um militar de baixa patente do Brasil. Ele serviu como alferes dos Dragões Reais de Minas, tendo como função supervisionar o Caminho Novo. Destacou-se por ter sido morto sob a ordem da Coroa portuguesa, através de enforcamento e esquartejamento. Tiradentes desempenhou o papel de propagandista da Inconfidência Mineira, percorrendo vilas e estradas com objetivo de angariar apoiadores para o levante. Com a sua personalidade forte e agitada, como comentou Lucas Figueiredo,

“Protético amador, era chamado de Tiradentes. Um radical entre moderados, um franco entre dissimulados, ele defendia — publicamente e em qualquer lugar (de bordéis a residências de ricos mercadores) — uma revolução que tornasse Minas Gerais independente de Portugal. “Era (uma) pena”, dizia o alferes, “que uns países tão ricos como estes [as Minas Gerais] estivessem reduzidos à maior miséria, só porque a Europa, como esponja, lhe estivesse chupando toda a substância”¹⁶⁰

¹⁵⁹ Maxwell, K. (1999). *Chocolate, piratas e outros malandros: ensaios tropicais* (digital ed.). São Paulo: Paz e Terra. pp. 147 - 148.

¹⁶⁰ Figueiredo, L. (2011). *Boa Ventura! A corrida do ouro no Brasil (1697-1810)* (3rd ed.). Rio de Janeiro: Record. pp. 282.

A sua morte ocorreu no dia 21 de abril de 1792, sendo hoje em dia este um dia de feriado nacional no Brasil.

Tiradentes foi um perfeito bode expiatório para a Coroa Portuguesa, pois, ele era oriundo das classes baixas. Diferentemente dos outros líderes da Inconfidência Mineira, que pertenciam à elite mineira, classe alta e possuíam influência política e econômica, Tiradentes era um homem de origem humilde, sem ligações familiares importantes ou riqueza significativa.¹⁶¹

O Tiradentes tornou-se um principal alvo para a Coroa, que pretendia transmitir uma mensagem explícita de punir um indivíduo como exemplo para os outros colonos, atuando como um alerta para futuras revoltas. Na opinião de Júnia Focas¹⁶², os homens de Minas construíram um ideário que não deixou de ser revolucionário, manifestado em um indivíduo. Elevado a um status simbólico, essa figura poderia representar uma ameaça tangível ao domínio português.

O movimento deixou um legado que impactou e incentivou uma série ampla de revoltas nas outras capitanias da colônia. A história da Inconfidência Mineira se intensifica, segundo Figueiredo e Luciano (2023)¹⁶³, com o progresso do movimento republicano na segunda metade do século XIX, adquirindo características que vinculam o projeto político rebelde à noção de quebra dos vínculos coloniais, devido à elevada tributação imposta por Portugal ao explorar o território mineiro. A Independência do Brasil em 1822 é vista, alegou Joaquim Norberto em 1873, no auge do nacionalismo mais paroquial, como uma ponto de

¹⁶¹ Maxwell, K. (2001). *A devassa da devassa: A Inconfidência Mineira, Brasil-Portugal, 1750-1808*. (J. Maia. Trans.; 5th ed.). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 22 (Estudos Brasileiros). Texto original: “...Tiradentes não pertencia à plutocracia mineira que todos os demais integravam. Tinha tentado ingressar nela com afínco, mas fracassara sempre. Não era influente, não tinha importantes ligações de família, era um solteirão que passara a maior parte de sua vida à sobra de protetores mais ricos e bem-sucedidos. Ao contrário de Cláudio Manuel da Costa e de Alvarenga Peixoto, não tinha fama que ultrapassasse as fronteiras do Brasil.”

¹⁶² Focas, J. D. (2002). *Inconfidência mineira: A história dos sentidos de uma história*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras/UFMG. pp. 194.

¹⁶³ Rodrigues, A. F., & Figueiredo, L. (2023). De traidores a patriotas: um ensaio sobre discursos e comportamentos políticos no processo de independência (1789-1823). *História*, 42. pp. 5. DOI: <https://doi.org/10.1590/1980-4369e2023015>

passagem na busca da nacionalidade brasileira (1873; citado por Figueiredo & Luciano 2023).¹⁶⁴ Para Norberto(1873), o Tiradentes morreu

“não como um grande patriota, com os olhos cravados no povo, tendo nos lábios os sagrados nomes da pátria e da liberdade, e n'alma o orgulho com que o homem político encara a morte como um triumpho, convertendo a ignomínia em apothese, mas como um christão, preparado ha muito pelos sacerdotes com a coragem do constricto, e a convicção de ter offendido os direitos da realza, e quando muito consolado com a esperança da salvação eterna.”¹⁶⁵

Figura 6

¹⁶⁴ Rodrigues, A. F., & Figueiredo, L. (2023). De traidores a patriotas: um ensaio sobre discursos e comportamentos políticos no processo de independência (1789-1823). *História*, 42. pp. 5. DOI: <https://doi.org/10.1590/1980-4369e2023015>

¹⁶⁵ Silva, J. N. de S. (1873). *Historia da conjuração mineira: Estudos sobre as primeiras tentativas para a independencia nacional baseados em numerosos documentos impressos ou originaes existentes em varias repartições*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, Livreiro-Editor do Instituto Histórico. pp. 416.



A obra Tiradentes Supliciado ou Tiradentes Esquartejado (pintado em 1893)

--- Pedro Américo de Figueiredo e Melo

Fonte: imagem está disponível no site https://pt.wikipedia.org/wiki/Tiradentes_esquartejado ,
obtida em 1 de março de 2025.

A imagem de Tiradentes foi utilizada, não obstante, durante a Proclamação da República do Brasil em 1889, sendo reavaliada como um mártir nacional da República. Tiradente passou a ser visto como a personificação do espírito brasileiro de independência, simbolizando a resistência à opressão e a luta pela liberdade. O dia de sua morte, o dia 21 de abril, após o estabelecimento da República, foi transformado em feriado no Brasil, conhecido

como Dia de Tiradentes. As ruas e praças, em muitas cidades no Brasil, foram nomeadas em seu nome.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Inconfidência Mineira morreu no berço, porém, contribuiu para formar um sentimento separatista que, aos olhos do movimento republicano, inspirou e se manifestou em revoltas em outras capitanias e culminou na Independência do Brasil em 1822.

A transição de alteridade para identidade no contexto do Brasil colonial constituiu um processo bastante complexo, e impactado por uma gama de fatores políticos, sociais e econômicos tanto internos como externos que espelhavam as tensões do final do século XVIII. As ameaças externas persistentes oriundas já antes do século XVIII, como as invasões no território colonial de Portugal, batalhas pelo mercado mundial e potências estrangeiras nas Antilhas, além de conflitos sobre demarcação territorial na América do Sul com a Espanha, demonstraram a fraqueza do império português e exigiam dos colonos que assumissem as responsabilidade por abastecer e defender os interesses do Estado.

Simultaneamente, a exploração de ouro resultou em algum empobrecimento das jazidas, empurrando a capitania à decadência econômica e social. Esta situação se agravou com a implementação de um sistema tributário rigoroso durante a administração pombalina, tendo o objetivo adicional de centralizar o poder da Coroa sobre a colônia. Além disso, as reformas pombalinas e de Martinho de Melo e Castro que se manifestaram na educação (incluindo a modernização de Universidade de Coimbra), na administração e economia, na criação de companhias comerciais de monopólio ou ainda na expulsão de jesuítas e criação de Real Mesa Censória, colocaram os colonos no centro de conflitos entre a proteção de seus próprios interesses e o poderio da Coroa.

O século XVIII é marcado pelas novas ideias. Com o surgimento do movimento intelectual, o Iluminismo, as ideias de “razão, liberdade, igualdade e fraternidade” dominaram a Europa, até o mundo. Contudo, a apropriação desses pensamentos não era homogênea, mas seletiva, adaptando-se aos interesses de distintos agentes históricos. No caso de Pombal, a influência se restringiu ao racionalismo e ao Estado forte. Estes ideais foram encaixados para a modernização do reino e a centralização do poder sob a Coroa, praticando um “despotismo esclarecido”. Enquanto para os brasílicos ricos que estudaram na Europa, o contato com o Iluminismo foi relativamente mais abrangente. Para esse grupo, os ideias de autonomia e de liberdade econômica ressoaram profundamente. A Independência dos EUA incendiou o fogo revolucionário, no coração de todas as elites coloniais, de livrar-se do controle do domínio da

Corte. Entretanto, a situação de ser o “súdito” não apenas se encontra na relação entre os colonos e a Corte portuguesa, também existia dentro da própria sociedade de Minas, como os senhores das jazidas e escravos. A sociedade mineira era complicada, no que toca à formação da população, e no que toca à estrutura da economia, que se baseava no ouro e metais preciosos. O ouro, a cobiça, a repressão e a Ilustração, os elementos entrelaçados no desenvolvimento de Minas Gerais, abriram um caminho para que os colonos se refletissem no seu status social.

A história de Minas Gerais colonial é marcada por uma série de eventos e revoltas que abalaram e dificultaram o domínio da Metrópole sobre esta região. Para podermos compreender o cerne da Inconfidência Mineira, Júnia Furtado acredita que é “necessário analisar uma conjuntura mais ampla, o que significa reavaliar as relações que se estabeleceram, de um lado, entre a Metrópole e a Colônia e, de outro, entre o aparelho estatal que se montou nas Minas e a população local”.¹⁶⁶

Reitero mais uma vez a pergunta feita por Kenneth Maxwell de “por quê Minas?”, uma pergunta importante e interessante para contemplarmos quando investigamos esta história. A Inconfidência Mineira, ou Conjuração Mineira, a escolha das palavras deste acontecimento em Minas, reflete a visão de cada um sobre o assunto e revela a dimensão das representações linguísticas dos sentidos da dominação e da repressão. Júnia Focas (2002)¹⁶⁷ considera que a designação de “Inconfidência” foram adotado pelo “discurso da história”, que simboliza um ideal de libertação, que manifesta os anseios de uma mentalidade colonial. Já a palavra “Conjuração”, no contexto do evento histórico, representava um crime político que levaria à independência da colônia, não se referindo somente a uma “conspiração”, mas um ato criminoso de traição praticado por aqueles que mantinham e representavam o poder português. Para a Coroa Portuguesa, que considerava os colonos como “seus” outros subordinados, logicamente, trataria o episódio histórico como um crime de lesa-majestade. A imagem de Tiradentes era perfeita para ser encaixada neste crime ideológico, podendo ser caracterizado como um traidor militar aos olhos da Coroa.

A revolta se formou por interesses individuais, o chamado *establishment* de um país repúblico sem que tivesse um plano claro e unificado, mesmo tendo sido influenciada pelas

¹⁶⁶Furtado, J. F. (1993/4). O outro lado da Inconfidência Mineira: Pacto Colonial e Elites Locais. LPH: Revista de História, UFOP, (4), 70-91. pp. 71.

¹⁶⁷ Focas, J. D. (2002). Inconfidência mineira: A história dos sentidos de uma história. Belo Horizonte: Faculdade de Letras/UFMG. pp. 153 - 154.

ideias iluministas; no final, foram os interesses econômicos de grupos oligárquicos que motivaram o movimento por independência. Argumenta também Focas (2002)¹⁶⁸ que este movimento possuía o sentimento nativista e a “conquista” era dos nacionais, de acordo com a sua análise do discurso de Luís Vieira da Silva. Parece justa esta argumentação. A perspectiva de Júnia Focas em compreender tal promessa de levante, no qual o sentimento nativista se destacava fortemente. Por um lado, a revolta era liderada pelos colonos, elites e intelectuais de Minas Gerais, visando proteger seus interesses econômicos e políticos contra as imposições da Metrópole, o que cabe perfeitamente dentro da significação de nativista; por outro, contudo, esta revolta, influenciada pelas ideias ilustradas e pelas revoluções ocorridas em outros continentes, buscava a ruptura com o sistema colonial, e não ajustes e conciliações nas relações com a Metrópole.

Parece então que a Inconfidência Mineira tinha suas raízes no nativismo, e posteriormente evoluindo para uma confluência de separatismo. O nativismo, geralmente, pode gerar o separatismo, mas não necessariamente. Quando o nativismo é definido de forma muito restrita, excluindo outros grupos ou regiões, e quando há uma ênfase exagerada na dicotomia entre o "nacional"¹⁶⁹ e o "outro", isso pode levar a tensões étnicas, a um maior sentimento de desigualdade regional e, portanto, dar origem a sentimentos e movimentos separatistas. Júnia Focas também analisou a carta de Sebastião de Vasconcelos Coutinho a Martinho de Melo e Castro. A autora ressaltou que na carta do desembargador o sentimento de nacionalidade foi obviamente denotado através de vocabulários usados. As palavras do desembargador como “brasileiros”, “nacionais” e “europeus” demonstram não apenas uma conotação nativista mas também um sentido de que todos estão sujeitos ao domínio português. Já a palavra “europeus”, ao invés de “portugueses”, é usada para descrever os conflitos coloniais que ocorriam dentro do poder do império, os quais se referem à resistência dos colonos sobre as imposições de quem não era nascido no Brasil, ou seja, dos não “nacionais”(estes se referem aos mineiros). É de notar que essa clara oposição entre “nacionais” e “reinóis” é emblemática das dinâmicas no final do século XVIII. Essa dualidade expõe as tensões entre aqueles que a elite dizia ser o colonizador (os reinóis) e ela própria (que convenientemente se poderia autorrepresentar como colonizados e colonizados - termos usados aqui para destacar a autorrepresentação da elite mineira –, mas também revela a contradição inerente a essa autoimagem, uma vez que os verdadeiros grupos colonizados eram,

¹⁶⁸ Focas, J. D. (2002). Inconfidência mineira: A história dos sentidos de uma história. Belo Horizonte: Faculdade de Letras/UFMG. pp. 178 - 183.

¹⁶⁹ Palavra do cônego Luís Vieira.

na realidade, os indígenas e os escravos negros. Ela também reflete uma transição de alteridade para a identidade. Tanto na escolha lexical do juiz quanto na de Luís Vieira, o vocabulário “nacionais” jamais se limita ao seu significado original, mas engloba também a necessidade de uma identidade coletiva que se estabelecia através de processo anticolonialista.

A “igualdade” não era para todos, era para um certo grupo de pessoas com status social nobre e/ou rico. A abolição de escravatura nunca foi um motivo principal da ascensão desta revolta. Como a economia da capitania era totalmente baseada na mão-de-obra dos escravos, seria impossível garantir os interesses particulares dos conspiradores caso exterminasse todo o traço de escravismo. Diante do exposto, a noção de “igualdade” passou por um processo de elasticidade conceptual, sendo constantemente esticada e reformulada para servir como ferramenta de proteção e garantia dos interesses de quem detinha os poderes.

A “fraternidade” não foi designada para qualquer habitante, mas para um grupo seletivo que compartilhava o mesmo interesse comum e status social, mais específico, os ricos brancos. O grupo dos inconfidentes era composto por fazendeiros, senhores das jazidas, comerciantes, intelectuais e burocratas, aqueles que tinham propriedades, dinheiro e certa influência política.

A “liberdade” não envolvia democracia. A defesa da liberdade pelos colonos era marcada por uma intrínseca contradição, evidenciada pela discrepância entre seu discurso e suas práticas. Muitos líderes deste levante priorizavam a lutar por seus privilégios e interesses, enquanto repudiaram a escolha de abolição do trabalho escravizado, pois, a base da economia, em termos gerais, desta região, ou até da América, era os escravos negros.

O lema “libertas quae sera tamen” permanece, a figura de Tiradentes mantém-se, a Inconfidência Mineira plantou as sementes que logo brotariam posteriormente na Conjuração Baiana em 1798. Contudo, com uma diferença fundamental: em 1798, os inconfidentes tinham um caráter popular. Como decorrência, a Conjuração Baiana, também conhecida como Revolta dos Alfaiates, tinha objetivos de separar a Bahia de Portugal, abolir a escravatura e resolver as queixas das classes mais pobres. A revolta era influenciada pela Revolução Francesa e Revolução Haitiana, as ideias iluministas de liberdade, fraternidade¹⁷⁰ e igualdade foram implantadas profundamente nos líderes desta revolta. Todavia, a revolta foi fortemente reprimida.

¹⁷⁰ A maçonaria foi uma forte influência sobre a conjuração. A primeira loja maçônica foi criada na Bahia.

Figura 7



Bandeira do Estado de Minas Gerais

Fonte: imagem está disponível no site

https://pt.wikipedia.org/wiki/Bandeira_de_Minhas_Gerais , obtida em 1 de março de 2025.

A mudança da família real portuguesa começou no final de 1807, quando Portugal estava sendo invadido pelas tropas napoleônicas. Com a eventual chegada da família real, ela se estabeleceu no Rio de Janeiro em 1808 e iniciou uma série de transformações que levaram o Brasil a um novo patamar durante o Período Joanino. Em 1810, D. João VI abriu os portos comerciais para o mundo. O pacto colonial foi extinto, impulsionando o crescimento econômico do Brasil. Diversas instituições e órgãos do governo foram criadas, por exemplo, o

Banco do Brasil foi criado em 1808 a fim de resolver a escassez de moeda e modernizar o sistema monetário. Em 1815, o Brasil foi elevado à condição de Reino Unido a Portugal e Algarves. Com a presença da Corte e as transformações ocorridas, o processo de independência do Brasil foi acelerado. Aqui não há vestígio da Inconfidência Mineira, mas em todos os lados se revelam o objetivo que os inconfidentes procuravam: a Independência¹⁷¹. O único problema que restou foi o de altos impostos. Com o desenvolvimento da produção açucareira nas Antilhas, os holandeses tornaram-se fortes rivais, fazendo com que a produção de açúcar entrasse em crise. Além de alta tributação, a desvalorização da produção de algodão também desencadeou a crise socioeconômica especialmente em Pernambuco, e as ideias republicanas alcançaram a região em 1817. Esses elementos levaram à Revolução Pernambucana, mas este governo republicano apenas durou um curto período e os rebeldes foram punidos pela Corte no Brasil. Em 1820, houve Revolução Liberal do Porto, exigindo o regresso de D. João VI a Portugal, a restauração do pacto colonial e a formação de monarquia constitucional. Sob pressões de Portugal, o príncipe regente D. Pedro escolheu permanecer no Brasil e proclamou a independência em 9 de janeiro de 1822.

A imagem dos inconfidentes foi resgatada, segundo Júnia Focas (2002)¹⁷², sob contexto de popularização das ideias de autonomia e de república, representando o que se mantinha: o sonho de ganhar independência dos brasileiros. O papel dos inconfidentes como representantes de um grupo das elites intelectuais mereceu destaque. Sua imagem, posteriormente, foi utilizada como um heróis nacionais que buscam a liberdade.

É crucial distinguir entre a construção do sentimento nacional, a identidade autônoma e a procura pela nacionalidade brasileira. O movimento se restringiu à Capitania de Minas Gerais e não tinha um plano com objetivo da independência política do país ou de um projeto de nação no sentido que hoje em dias conhecemos. A identidade que se construía delimitou-se devidamente ao foco de interesses econômicos dos oligárquicos locais. Esta construção de identidade, segundo as teorias de Stuart Hall que aqui nos serviu de referência metodológica, não é como uma essência fixa, mas como um processo contínuo de negociação entre forças históricas e discursivas. As forças históricas referem-se aos eventos, processos e estruturas que moldam a sociedade ao longo do tempo; enquanto as discursivas dizem respeito ao papel

¹⁷¹ Embora o Brasil não proclamasse a Independência durante o Período Joanino, mas em comparação com o passado, Dom João VI já tinha rompido o pacto colonial com Portugal e estabeleceu seu reino, o Império do Brasil. Então, nesta situação, seria relativamente “independente”.

¹⁷² Focas, J. D. (2002). Inconfidência mineira: A história dos sentidos de uma história. Belo Horizonte: Faculdade de Letras/UFMG.

desempenhado pela linguagem, comunicação e sistema de significado na formação de realidade social. A proposta de Stuart Hall, não é apenas uma forma de comunicação, mas uma prática que nos ajuda a moldar a visão de entender o mundo em que a elite colonial da época se envolvia.

Ainda segundo Hall, “O status, a classificação e a posição de uma pessoa na "grande cadeia do ser" - a ordem secular e divina das coisas - predominavam sobre qualquer sentimento de que a pessoa fosse um indivíduo soberano”.¹⁷³ A identidade particularista dos inconfidentes mineiros se insere em um contexto de luta e resistência, podendo ser interpretada como uma construção que emerge das condições específicas de Minas Gerais no século XVIII. A economia local baseada na mineração, as relações com a Coroa Portuguesa e as tensões sociais são os fatores que precisamos considerar.

Além disso, Stuart Hall também acredita que “a identidade é realmente algo formado, ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento”.¹⁷⁴ A identidade coletiva desenvolvida pela elite colonial na época final da colonização portuguesa em Minas Gerais foi algo criado no longo processo de repressão da Metrópole, mas também pelo que conviviam os colonos, e pelas aflições econômicas e ideias iluministas que moldaram sua consciência política. Essa identidade não surgiu do nada, mas foi construída de forma gradual. Assim, a identidade particularista se ergueu das condições da própria capitania de Minas Gerais durante o século XVIII, articulando-se as demandas e desejos do grupo oligárquico. Então, dessa forma, a identidade coletiva é entendida como um produto histórico, formada através de processo consciente e inconsciente, que refletia o antagonismo contra a dominação do império português e a busca pela libertação e autonomia.

Em último lugar, se Roberta Stumpf nos afirma que “a coexistência de múltiplas identidades coletivas e a coexistência de múltiplos significados atribuídos para essas identidades coletivas reflete a generalização de sentimentos de provisoriedade que impunha aos envolvidos urgência na sua superação”,¹⁷⁵ diríamos que na Inconfidência Mineira em 1789 há complexidade e contradição entre as identidades dos homens, que entendidas no contexto setecentista mineiro, por um lado, se opuseram ao domínio português, por outro,

¹⁷³ Hall, Stuart. (2006). *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 11ª ed.

¹⁷⁴ Ibid..

¹⁷⁵ Stumpf, R. G. (2010). *Filhos das minas, americanos e portugueses: identidades coletivas na capitania das Minas Gerais(1763-1792)*. São Paulo: Hucitec. pp.251.

confiaram no sistema colonial do qual se aproveitaram. Essa dualidade os coloca nas fendas da identidade, causando uma difícil transição da “alteridade” para a “identidade”. Talvez possamos até dizer que a Inconfidência Mineira em si é a própria transição. E é nesse processo que a revolta se representa um caráter nitidamente provisório. Essa provisoriedade forçou os homens a construir uma nova identidade política para superar urgentemente uma crise de identidade. Assim, o apelo republicano incorporou-se a esse momento tenso da história como uma peça de quebra-cabeça que se encaixa perfeitamente.

BIBLIOGRAFIAS

- Alden, D. (1968). *Royal government in colonial Brazil; with special reference to the administration of the Marquis of Lavradio, viceroy, 1769-1779* (digital ed.). Berkeley : University of California Press.
- Assis, G. M de. (2024). “As causas do terremoto de Lisboa no ano de 1755 segundo o discurso do padre Gabriel Malagrida”. *Revista Brasileira De História Das Religiões*, 17(49), 255–276.
- Autos de Devassa da Inconfidência Mineira* (digital 2nd ed.). (1982). Brasília, Câmara dos Deputados; B. Horizonte Imprensa Oficial de Minas Gerais, 5.
- Autos de Devassa da Inconfidência Mineira: complementação documental* (H. G. Mathias, ed.). (2001). MinC-IPHAN-Museu da Inconfidência. 11.
- Azevedo, J. L de. (1928). *Épocas de Portugal econômico* (digital 3rd ed.). Lisboa: Livraria Clássica Editora.
- Boxer, C. R. (1962). *The Golden Age of Brazil, 1659-1750: Growing pains of a colonial society* (digital ed.). University of California Press.
- _____. (1991). *The Portuguese seaborne empire, 1415–1825* (digital ed.). Carcanet in association with the Calouste Gulbenkian Foundation.
- Carrara, A. A. (2016). “O reformismo fiscal pombalino no Brasil”. *Historia Caribe*, 11(29).
- Costa, C. M da. Poemas. (1966). São Paulo: Editora Cultrix. Acessado a 12 de dezembro, 2024. Disponível em: <http://www.bibvirt.futuro.usp.br>
- Cruz, M. D da. (2014). “Pombal e o Império Atlântico: impactos políticos da criação do Erário Régio”. *Revista Tempo*, v20.
- Falcon, F. J. C. (1989, January/June). “Da ilustração à Revolução - percursos ao longo do espaço-tempo setecentista” (digital ed.). *Acervo*, 4(1), 53-87. Rio de Janeiro.
- Faria, S. C. (2015). *A “matéria dos quintos” e os “homens do ouro”: a dinâmica da arrecadação dos quintos reais na Capitania de Minas Gerais e as atribuições, atuação, perfil e relações dos cobradores dos quintos (c. 1700 - c. 1780)*. Tese de doutoramento. Rio de Janeiro: PPGHIS-UFRJ
- Figueiredo, L. (2011). *Boa Ventura! A corrida do ouro no Brasil (1697-1810)* (3rd ed.). Rio de Janeiro: Record.
- Fisher, H. E. S. (2015). *The Portugal Trade: A Study of Anglo-Portuguese Commerce, 1700-1770*. Routledge.
- Focas, J. D. (2002). *Inconfidência mineira: A história dos sentidos de uma história*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras/UFMG.
- Franco, J. E. (2021). “O terramoto como metáfora: O Grande Terramoto de Lisboa e o prenúncio do sismo jesuítico na Época da Luzes”. Teresa: *Revista De Literatura Brasileira*, 21, 619-633.
- Furtado, C. (2000). *Formação econômica do Brasil* (27th ed.). São Paulo: Companhia Editora Nacional; Publifolha. (Original work published 1959).

- Furtado, J. F. (1993/4). “O outro lado da Inconfidência Mineira: Pacto Colonial e Elites Locais”. LPH: *Revista de História*, UFOP, (4), 70-91.
- Furtado, J. P. (2001). “Uma república entre dois mundos: Inconfidência Mineira, historiografia e temporalidade”. *Revista Brasileira De História*, 21(42), 343–363.
- Gonzaga, T. A. Cartas Chilenas/IV. (1863). Wikisource, a biblioteca livre. Recuperado às 11:40, dezembro 29, 2006. Acessado a 12 de dezembro, 2024.
Disponível em: https://pt.wikisource.org/w/index.php?title=Cartas_Chilenas/IV&oldid=43108
- Goulart, J. L. (2023). “A catequese dos povos originários no Brasil e a educação da população nativa: Uma revisão de literatura”. *Revista Contemporânea*, 3(10). 17236 - 17261.
- Hall, S. (2006). *A identidade cultural na pós-modernidade* (T.T. da Silva & G. L. Louro, Trans.; 11th ed.) Rio de Janeiro: DP&A.
- Magalhães, J. R. (2009). “A cobrança do ouro do rei nas Minas Gerais: o fim da capitação - 1741-1750”. *Tempo*, 14(27), 118-13.
- Maxwell, K. (1996). *Marquês de Pombal: paradoxo do iluminismo* (A de. P. Danesi, Trans.; 2nd ed.). Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- _____. (1999). *Chocolate, piratas e outros malandros: ensaios tropicais*(digital ed.). São Paulo: Paz e Terra.
- _____. (2001). *A devassa da devassa: A Inconfidência Mineira, Brasil-Portugal, 1750-1808* (J. Maia. Trans.; 5th ed.). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 22(Estudos Brasileiros).
- _____. (2004). *Conflicts & Conspiracies: Brazil and Portugal, 1750-1808* (1st ed.). Routledge.
- Maxwell, K., & Carvalho, B., & Rocha, G. A., & Huffman, J. (2013). *O livro de Tiradentes: transmissão atlântica de ideias políticas no século XVIII* (digital ed.). São Paulo: Penguin & Companhia das Letras.
- Nielsen, L. J. (1977). “De Londres com amor: a evolução do domínio inglês na economia portuguesa”. *Estudos Ibero-Americanos*, 3(1):109.
- Novais, F. A. (1989). *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)* (5th ed.). São Paulo: Hucitec. (Original work published 1979)
- Oliveira, R de. (2010). “As metamorfoses do império e os problemas da monarquia portuguesa na primeira metade do século XVIII”. *Varia Historia*, 26(43), 109-129.
- Oliveira, S. B. de. (1992). “Antecedentes e consequências da Conjuração Mineira”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais*. Cuiabá. 1(50).
- Pinto, V. N. (1979). *O ouro brasileiro e o comércio anglo-português: Uma contribuição aos estudos da economia atlântica no século XVIII*. São Paulo: Ed. Nacional; INL.
- Prado Jr., C. (2011). *Formação do Brasil: colônia* (digital ed.). São Paulo: Companhia das Letras.
- Rodrigues, A. F. (2020). “Livros científicos, saberes ilustrados e condutas “sediciosas” de leitura na livraria do cônego Luís Vieira da Silva (Minas Gerais, Brasil, 1789)”. *Secuencia* (107), e1700.

- Rodrigues, A. F., & Figueiredo, L. (2023). “De traidores a patriotas: um ensaio sobre discursos e comportamentos políticos no processo de independência (1789-1823)”. *História*, 42.
- Schwarcz, L. M., & Starling, H. M. (2015). *Brasil: uma biografia* (digital ed.). São Paulo: Companhia das Letras.
- Stumpf, R. G. (2010). *Filhos das minas, americanos e portugueses: identidades coletivas na capitania das Minas Gerais(1763-1792)*. São Paulo: Hucitec.
- _____. (2017, September/December). “Minas contada em números - A capitania de Minas Gerais e as fontes demográficas (1776 - 1821)”. *Revista Brasileira de Estudos de População*, 34(3), Belo Horizonte. 529 - 548.
- Santos, F. R. dos. (2018). “A educação no Brasil colonial: Da religiosidade católica ao despotismo esclarecido (1549-1820)”. *Revista Expedições*, 9(2), Morrinhos/GO.
- Silva, J. N. de S. (1873). *Historia da conjuração mineira: Estudos sobre as primeiras tentativas para a independencia nacional baseados em numerosos documentos impressos ou originaes existentes em varias repartições*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, Livreiro-Editor do Instituto Histórico.
- Souza, L. de M. e & Boschi, C. C. (2006). “Inconfidência Mineira”. *Resgate: Revista Interdisciplinar De Cultura*, 1(1), 100-106.
- Souza, L. de M. e. (2015). *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul.
- Tavares, Rui. (2018). *O censor iluminado: ensaio sobre o pombalismo e a revolução cultural do século XVIII*. Lisboa, Tinta-da-China.
- Vargas, F. A. (2017). *Formação das fronteiras latino-americanas* (digital ed.). Brasília: FUNAG.
- Villalta, L. C. (2000) 1789-1808. *Col. Virando Séculos*. São Paulo: Cia das Letras.